



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
FACULDADE UnB DE PLANALTINA – FUP CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL

GABRIELA VIEIRA BRAGA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E CONSTELAÇÃO SISTÊMICA:  
UMA ALTERNATIVA TEÓRICA E PRÁTICA**

PLANALTINA – DF

2019

GABRIELA VIEIRA BRAGA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E CONSTELAÇÃO SISTÊMICA:  
UMA ALTERNATIVA TEÓRICA E PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Gestão Ambiental pela Faculdade UnB Planaltina, da Universidade de Brasília.

Orientadora: Tânia Cristina da Silva Cruz

PLANALTINA – DF

2019

GABRIELA VIEIRA BRAGA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E CONSTELAÇÃO SISTÊMICA:  
UMA ALTERNATIVA TEÓRICA E PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Gestão Ambiental, Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Banca examinadora:

---

Prof. Tânia Cristina da Silva Cruz - UnB/FUP Orientadora

---

Prof. Daiane Ricarda de Melo - UnB/FUP Orientador

---

Prof. Jonathas Felipe Aires Ferreira - UnB/FUP Orientador

Planaltina-DF, 25 de Junho de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai e à Mãe do céu, incluindo aqui os mentores amigos que estão sempre a me auxiliar. Obrigada ao meu pai e minha mãe, Jorge e Neura, sem os quais nem eu mesma existiria, Lua e Sol do meu viver! Minhas irmãs, Milena e Mônica, a presença de vocês sempre me reforça quem eu sou. E Jasmim, por estar ao meu lado sempre me soprando entusiasmo e atenção, suportando-me na fase da escrita, mamãe é grata, filha. Aos amigos do caminho em especial aos que conheci na FUP: João Marcelo, Bruno, Thiagos, Fernandinha, Pri, Maristela, Cris, Júlia Nega e todos, parafraseando Thiago, o generoso, GRATITUDE! E às professoras e professores da FUP: Mônica, Tânia, Vicente, Phillippe e todos os mestres que muito me ensinaram em tantos sentidos ao longo desses anos, vocês são demais! Obrigada, a tod@s do fundo do coração. E ao meu parceiro dos últimos anos, Juruna, obrigada por tudo! Aos colegas e maestros da Constelação Familiar: Newton Lakota, Simone, Alex Possato e Lu Cerqueira, eu não teria como agradecer em uma só vida tudo o que vocês me auxiliaram a acessar e trabalhar tão amorosamente. Agradeço a todos os colaboradores da FUP, ao Vale do Amanhecer e às tantas acolhidas que recebi em Planaltina! Pelas que virão, desde já eu agradeço. Salve a FUP!

“O que está em vida é inacabado. Os mortos são completos. A ânsia por perfeição é, na verdade, na profundidade, uma ânsia pela morte. Para que fiquemos em vida, temos que respeitar o inacabado”.

(BERTH HELLINGER em *A fonte não precisa perguntar pelo Caminho*).

## RESUMO

Os conflitos são intrínsecos às relações, seja em esfera micro ou macro, é sintoma conhecido pela humanidade. Desde os povos primeiros a arte de gerir conflitos é vivenciada pelos indivíduos e pelos grupos e foi sendo aprimorada conforme o tempo. Marcadamente com a concepção da Sociedade Moderna nascem novas formas de entender a problemática, algumas linhas revestindo o sentido de conflito de positividade, enquanto outras o entendendo como uma consequência negativa que deve ser resolvida. As formas de entendê-los continuam sendo variadas assim como a quantidade de abordagens de processos de mediação de conflitos. Mesmo assim, gerir interesses dissonantes é exercício humano tão antigo quanto difícil de realizar, visto que a dinamicidade dos processos demanda forma sempre nova e adequada a cada situação específica. Não sendo possível vislumbrar um mundo em que os conflitos não existam, é mister encontrar método que ressignifique a própria ideia de conflito para que, a partir desse novo olhar, seja viável extrair os aprendizados e a riqueza das diferenças entre as pessoas e os grupos. O objetivo deste artigo é refletir e propor uma prática de intervenção de conflitos que considera a complexidade dos seres em sua imanência e seu contexto, utilizando para isso a Constelação Sistêmica. Ela inclui um espectro que vai do pessoal ao macro, além de outros elementos que compõe o sistema em questão. Para isso a reflexão e a prática será fundamentada em pressupostos do campo dos conflitos sociais e das Constelação Sistêmica.

**Palavras-Chaves:** Conflitos. Conflitos socioambientais. Constelações sistêmicas.

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2- OS CONFLITOS NA SOCIEDADE MODERNA</b> .....	9
2.1- Quatro campos teóricos do conflito .....	
2.1.1- Características individuais.....	13
2.1.2- Processos racionais/matemáticos .....	14
2.1.3- Processos estruturantes.....	14
2.1.4- Processos sociais. ....	15
2.2- O jeito de olhar leva às formas de agir .....	15
2.3- O enfoque ambiental .....	18
<b>3- A CONSTELAÇÃO SISTÊMICA</b> .....	20
<b>4- METODOLOGIA</b> .....	25
<b>5- RESULTADOS E DISCUSSÃO - DA TEORIA A AÇÃO</b> .....	26
5.1- Primeiro Caso – Bioma Amazônia .....	26
5.2- Segundo Caso – Bioma Mata Atlântica/Pampa .....	34
<b>6- CONCLUSÃO</b> .....	44
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	46

## 1- INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade existem conflitos que inicialmente podem ser vistos de maneira negativa, porém ao entrarem em uma situação de gestão são capazes de gerar algo novo, proporcionando a evolução diante antagonismos e interesses divergentes.

Neste trabalho serão abordados os conflitos socioambientais, que envolvem aspectos sociais – interesses políticos, empresariais, o contexto da sociedade e população local diante o ambiente natural. De acordo com Henri Ascelrad (2004, p. 27), os conflitos socioambientais envolvem grupos sociais com diferentes tipos de interesses e de apropriação do uso e significação do território, tem seu início quando pelo menos um dos grupos é colocado em ameaça de impactos ambientais indesejáveis - solo, água, ar, sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. Ou seja, quando bens coletivos naturais são colocados em risco devido a construção de algum empreendimento, mudança de legislação e outras atividades que modifiquem a paisagem e conseqüentemente a vida da população que ali habita.

O Environmental Justice Atlas, um mapa gerado pela Organização Não Governamental EJOlt (Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade) e coordenado pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) demonstra conflitos socioambientais no mundo com diferentes tipos, entre eles: extração mineral, biomassa e floresta, turismo, combustível fóssil e mudança climática, gestão da água, biodiversidade, indústria nuclear, infraestrutura e construção civil, produção lixo e crescimento industrial, envolvendo mais de 120 países. Dentre eles em primeiro lugar está a Índia com 314 conflitos ambientais, em segundo lugar está o Brasil, com 132, seguido pela Colômbia com 128, Estados Unidos e China com 104. De acordo com o mapa podemos analisar que a maioria dos conflitos no Brasil estão associados a extração mineral, desmatamento e uso da água.

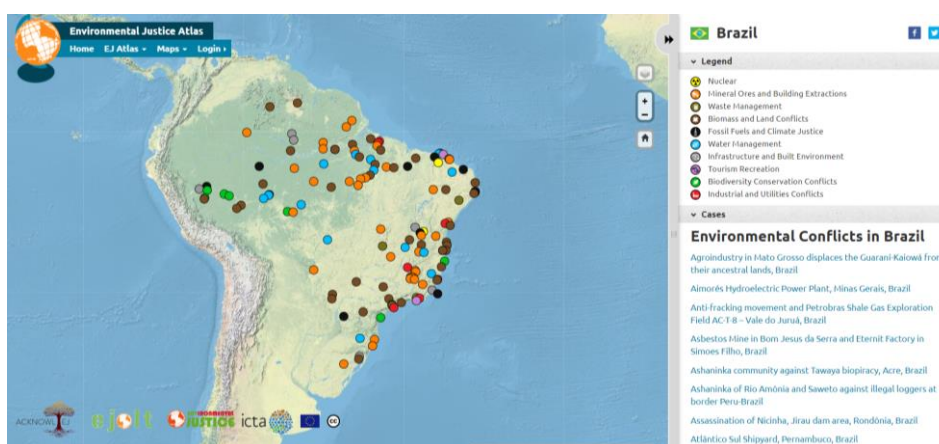


Figura 1: Environmental Justice Atlas.



Little (2001) defende que os conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas, em que a população local reivindica por seus direitos e geralmente sobrevivem daqueles recursos naturais aonde habitam. Cada indivíduo se adapta, constrói seu modo de vida e ideologias de acordo com o ambiente que está inserido e do que recebeu de memórias do grupo que pertence, o conflito surge justamente do relacionar entre as diferentes partes que compõe um grupo em questão e desse com outros grupos.

O conflito socioambiental carrega em si aspectos históricos, culturais e ambientais, exigindo uma abordagem interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar.

Para Brito et. al a tentativa de resolução do conflito socioambiental fora dessas áreas pode prejudicar a sociedade e o ambiente, pois apresenta uma disputa desigual, visto que empreendedores costumam possuir mais recursos disponíveis e interesses definidos, enquanto representantes sociais têm interesses heterogêneos e às vezes com pouca técnica, conhecimento ou habilidade jurídica, administrativa e política, em que a sociedade pode sair prejudicada.

Para Alonso e Costa (2000) é necessária uma “abordagem sistêmica dos problemas ambientais, que supere a natureza pontual e corretiva das políticas públicas tradicionais e um estilo consensual capaz de produzir soluções integradas aos problemas e que atendam ao seu caráter complexo”.

Há diversas formas de intervenções dos conflitos, por meio de negociação, mediação, conciliação ou arbitragem em áreas jurídicas, administrativas e/ou políticas, onde é possível chegar a um consenso ou não.

Segundo Capra, no livro *O Ponto de Mutação para atravessarmos a atual crise da humanidade e seus conflitos sociais, econ micos e ambientais*:

  necessário adquirir uma nova visão, que inclui uma visão sistêmica da vida, mente, consciência e evolu o; a correspondente abordagem holística da saúde e da cura; a integra o dos enfoques ocidentais e orientais da psicologia e psicoterapia; uma nova estrutura conceitual para a economia e a tecnologia; e uma perspectiva ecológica e feminista, que   espiritual em sua natureza essencial e acarretará profundas mudanças em nossas estruturas sociais e políticas (CAPRA, 1981).

Em face da demanda de teorias e práticas que fomentem essa nova visão, a proposta deste artigo   realizar uma breve leitura bibliográfica dos campos do conflito socioambiental e da constela o sistêmica e realizar um exercício prático, envolvendo esses dois campos. A inten o   ligar pressupostos teóricos que d o fundamento a estas abordagens e sinalizar a aplica o da constela o sistêmica em casos de gestão de conflitos.

## **2- OS CONFLITOS NA SOCIEDADE MODERNA**

Em cada tempo e em cada tipo de sociedade vivem-se diferentes tipos de conflitos e formas de lidar com eles. O autor Nascimento (2001) conta que nas sociedades primeiras os conflitos eram vividos, tratados e percebidos de maneira diferente de como são encarados os da sociedade moderna ocidental e que nas organiza es

sociais antigas as formas mais conhecidas de resolução de conflitos eram o uso da força e a dissipação. O crescimento demográfico, a complexificação da sociedade e situações em que as lideranças do grupo não encontravam consenso, muitas vezes ocasionavam a divisão do grupo. A força era usada internamente, mas principalmente era utilizada para contrapor grupos rivais. Nascimento acredita que os mecanismos de resolução de conflitos desta época eram frágeis, defendendo que a noção de intervenção predominante era a da força e do consenso entre os notáveis, sempre havendo submissão e separação (NASCIMENTO, 2001).

Pouco a pouco as sociedades foram desenvolvendo diferentes mecanismos. O autor cita que da região do Eufrates e do Nilo é de onde primeiro se tem notícias da presença dos instrumentos de resolução de conflitos e que a noção de Direito, justiça e mediação que já existia no oriente, permitiu tomar força o desenvolvimento as formas de resolução de conflitos na antiga Grécia e Roma, esteios da sociedade moderna. Isso não quer dizer que o uso da força não estava presente, pelo contrário, o império romano se ergueu conquistando violentamente os seus vizinhos. Neste período, existiam regras estabelecidas para cuidar das questões internas, todavia eram muitas vezes desconhecidas, sendo necessário e mais comum o uso da força e da violência. Na Europa até o século XVIII, antes e após o Renascimento, a força também era a principal forma de resolução. A violência é a mãe dos estados europeus, diz Nascimento, vez que surgiam do confronto, dizimação e perseguição dos adversários. O mesmo ocorria nas sociedades coloniais escravagistas também e mais tarde, com os coronéis do séc. XIX e mesmo do séc. XX, o poder era exercido na articulação do consenso entre os pares senhoriais ou então na força, submissão e separação (NASCIMENTO, 2001).

No ocidente, foi por volta do século XVIII e XIX, época em que ocorria o processo de separação e criação de espaços específicos, como o da política e o da sociologia, que a humanidade moderna vislumbrou uma nova percepção do conflito e junto dessa percepção novas formas de lidar com o conflito surgiram. Embora ainda presente o método da força, esse começa a ser mais vezes dispensado. O advento da modernidade mudara o conceito de conflito, a natureza da sociedade mercantil se transforma e outros distintos aspectos dessa sociedade se diferenciam das antecessoras. Dessa maneira para entendermos conflito na sociedade moderna e os mecanismos de intervenção, vale considerar minimamente algumas características essenciais dessa sociedade citadas por Nascimento:

1. A *constituição e centralidade do indivíduo*, que redefinem os processos de identificação e pertencimento, deslocando o indivíduo do espaço da família para o do trabalho, tornando-o objeto por excelência da lei;
2. A transformação dessa centralidade em uma *norma única e universal* - em todas as sociedades pretéritas a lei era plural, regendo distintamente cada um dos seguimentos sociais. Por isso mesmo, só a sociedade moderna é capaz de proclamar que os homens são iguais perante a lei;
3. Agora, é possível instituir o poder como um lugar e não mais centrado em uma pessoa, família ou grupo social. O poder torna-se, com a sociedade moderna, impessoal, permitindo que todos os membros da comunidade possam ser detentores temporários do poder;

4. A detenção do *poder político* é resultante do processo de escolha realizada pelos membros da comunidade política que, na sociedade moderna, compreende todos os seus participantes, sem exceção.
5. E isso é tão verdade quanto a sociedade moderna é uma sociedade aberta, de *mobilidade social*, em que cada indivíduo ao longo da vida pode ocupar lugares distintos na estrutura social.
6. O conjunto das organizações da sociedade moderna, e de suas práticas e valores, são regidas pela *racionalidade*, que entre outras coisas instituiu a ciência como forma central de saber, e inicia um processo perene de laicização.
7. Este conjunto de características, aqui selecionadas a título de ilustração, compõe uma totalidade que *ignora a exterioridade* – a sociedade moderna é a primeira sociedade que desconhece fronteiras.
8. Em grande parte, porque ela não se confunde com os *Estados-nações*, *simples instrumento de sua realização*, e que determina apenas fronteiras político-institucionais de regulação de fluxos, sem que a sociedade deixe de permanecer social e, sobretudo, economicamente aberta.
9. Essa característica de uma sociedade sem exterioridade encontra um de seus fundamentos na sua própria base econômica que é essencialmente universal: o *capitalismo*. É a primeira forma de produção que se desenvolve por meio de um processo permanente de absorção de matéria prima e força de trabalho, gerando de forma contínua novos mercados, independentemente das formas de organização política que a sociedade se dá ao longo do processo de sua formação (NASCIMENTO, 2001).

A partir disso Nascimento destaca dois conflitos estruturais no surgimento da sociedade moderna. O primeiro é a tensão entre a base econômica e o dispositivo de sua realização, a base econômica porque inclina-se ao mundial (o capitalismo), enquanto o dispositivo é estabelecido pelo Estado-nação, portanto, tende ao nacional. Nessa dinâmica, o lugar do nacional vai perdendo paulatinamente a sua força e sendo incorporado ao espaço mundial, sem que isto signifique o seu fim, uma vez que a tensão que embota os termos nacionais apresenta-se de formas diferentes em cada espaço, sem redundar em perda da capacidade de intervenção do Estado. É interessante colocar que por trás do que conhecemos hoje pelo termo globalização, pode-se enxergar a tensão entre mundial e nacional e os mecanismos de intervenção deste conflito.

A segunda questão estrutural reside no choque do espaço econômico da desigualdade com o espaço político da igualdade. Se a conquista da igualdade na cidadania nos coloca politicamente no lugar de iguais, por outro lado o mercado é afloramento lícito das desigualdades. Mas neste caso, o Estado como lugar de procura de racionalidade do sistema econômico, evita que a geração da desigualdade acabe com o sistema econômico e político, intercedendo para controlá-lo, possibilitando assim que o sistema como um todo consiga se reproduzir (NASCIMENTO, 2001).

Portanto, a natureza dos conflitos é condicionada por, pelo menos, essa dupla tensão que constitui a origem e a evolução da sociedade moderna ocidental, fazendo perceber que as características essenciais dessa sociedade marcam os elementos estruturais dos conflitos e as formas de nele intervir. Por exemplo, quanto ao fato da exterioridade ser ignorada: quando o que é considerado exterior tem a possibilidade permanente de ser absorvido e integrado, a noção de fronteiras se perde e os conflitos passam a ser tratados, sobretudo, como internos. Isso ilustra como a modernização da concepção de conflito marca a origem de novos conceitos

e definições e junto com isso começa a procurar por espaços próprios de estabelecimento de mecanismos reguladores (NASCIMENTO, 2001).

Assim, o estudo de conflitos é praticado no decorrer da história em diferentes regiões e se mostra presente em diversas disciplinas. No ocidente moderno, foi mais discutido nas áreas da Sociologia e Economia Política, ramos que deram contribuição mais expressiva ao tema (BARBANTI JR, 2001). Emile Durkheim, um dos precursores da sociologia, interpreta os conflitos de três maneiras. A primeira compreende o conflito como tensões normativas que ocorrem do choque entre as normas do antigo regime e as novas normas. Para possibilitar a implementação da estrutura social moderna, foi necessário implementar novas normas que se confrontavam com as antigas como, por exemplo, entre as normas de regência econômica (formadoras do mercado), regência social (constitutivas do indivíduo) e política (constituindo o poder pessoal).

A segunda concepção aponta para o embate de interesses entre grupos sociais advindos da complexificação da sociedade. A emergência de novos grupos cruciais em combate, classes detentoras do capital e classes detentoras da força de trabalho, que se confrontam no campo econômico, social e político, no que tange à apropriação das riquezas produzidas, ao reconhecimento social e à detenção do poder (NASCIMENTO, 2001).

Na terceira noção, os atores não têm os seus interesses cognoscíveis e nem confronto de normas, o que há é uma reação de indivíduos ou grupos sociais que manifestam a recusa de normas e valores mesmo que as motivações ainda não se compreendam ao certo. O rápido processo de modificação da estrutura social produz reações daqueles que não se satisfazem e não se identificam com a nova estrutura, fazendo com que hajam reações desorganizadas, o que remete a uma noção negativa do conflito, visto como um distúrbio. Essa visão nutriu a concepção de outros autores, como a de Parsons no âmbito do funcionalismo, que explicitamente percebia como negativo o conflito nesta acepção, resultante do mau funcionamento, um transtorno do sistema e, portanto, um problema da sociedade moderna; ao contrário dos dois primeiros quando atribuem positividade ao conflito, uma vez que entendem neles, o estímulo para mudanças na sociedade (NASCIMENTO, 2001).

A ideia de conflito como algo negativo que deve ser eliminado da sociedade foi bastante assimilada pelo senso comum, no qual cotidianamente se busca evitar o que é divergente e aceitar o que é convergente. Diferente desse olhar e na mesma via dos choques de interesse entre classes mencionados por Durkheim, o pensador alemão Karl Marx reveste esse sentido de positividade, entendendo que o conflito é o mecanismo impulsor das mudanças na sociedade, portanto o motor da história da humanidade. O autor considera que os interesses das classes são irreconciliáveis e, sendo assim, a única via de solução é a eliminação de um dos lados da tensão. Ele defende a trilogia conformada pela tese, antítese e síntese “assim, o problema entre os capitalistas (tese) e o proletariado (antítese) redundará em uma situação em que as classes sociais não mais existirão (síntese)” (NASCIMENTO, 2001).

Por outro lado, diferente de Durkheim, para o pensador alemão, o conflito central é a luta de classes, em torno da qual, todas as manifestações dos outros conflitos se organizam e são condicionados. Segundo Marx, o antagonismo dentro das estruturas sociais, nas suas palavras, entre o topo (infra) e a base (superestrutura) se traduz comumente entre economia e política, ou seja, na relação de produção com a força produtiva. Para ele, cada tipo de sociedade vai manifestar o seu conflito específico e central que se apresenta no interior de suas estruturas e na esfera de seus atores sociais, a exemplo do que ocorre “nas sociedades tributárias, entre as famílias centrais e as comunidades agrícolas ou pecuárias; nas escravocratas, entre senhores de escravos e os cativos; nas sociedades feudais, entre os senhores feudais e os servos; e na sociedade moderna, entre os capitalistas e os proletários”. Marx não deixa de considerar que há conflitos que reúnem apenas oposição e são reconciliáveis, porém não os considera centrais como o que acontece entre a produção e a organização sociopolítica (NASCIMENTO, 2001).

Posterior a Marx, outro alemão que também muito contribui com os estudos, George Simmel acredita que os conflitos são formas de interação social. Para ele, são constituintes das relações sociais e indispensáveis para que os diferentes atores encontrem soluções para as suas divergências, entendidos como oportunidade para as partes conflitantes “solucionarem dualismos divergentes” e assim terem rumo a um certo tipo de unidade, de coesão social (NASCIMENTO, 2001).

Mais recentemente, bebendo dessas e de outras muitas fontes do arcabouço teórico sobre o tema, o autor brasileiro BARBANTI JR (2001), em um de seus trabalhos, divide a análise de conflito em quatro campos teóricos: “teorias com foco nas características do indivíduo, com foco em processos racionais/matemáticos, em processos estruturantes e em processos sociais.” Apesar do presente artigo não pretender se aprofundar nestes quatro tópicos, é interessante observá-los, mesmo que brevemente, para entender diferentes campos teóricos e poder combinar as diferentes percepções no exercício de interpretar os conflitos

## 2.1- Características individuais

Em relação a características do indivíduo, o autor acredita que a personalidade de cada um interfere e auxilia na resolução de conflitos. Para isso, não se pode descartar as palavras do autor no que diz respeito a este conceito.

O entendimento de como características pessoais predispõem um indivíduo a responder / reagir no processo de negociação ajuda todas as partes envolvidas a: (1) revelar e compreender os interesses psicológicos e substantivos que jazem nas entrelinhas dos conflitos – especialmente aqueles interesses que permaneceriam não reconhecidos ou desarticulados se a personalidade de quem negocia não é levada em consideração; (2) agir de forma a facilitar uma postura construtiva no processo de negociação e a evitar a escalada e o impasse; (3) gerar uma solução satisfatória que possa se aproximar das necessidades maiores de cada um dos envolvidos no conflito (SANDY et al., 2000, p. 289 apud BARBANTI JR, 2001).

BARBANTI JR (2001), entende que a personalidade é essencial para entender o contexto em conflito. Parte das características pessoais estão a confiança, comunicação e preconceito. Segundo o autor, a desconfiança está em todo conflito, seja em âmbito restrito ou geral; bem como as falhas na comunicação, que estão

acontecendo incessantemente, muitas vezes por causa da diferença de cultura, de ideias, educação e capacidade de articulação verbal e mental; esta falta de entendimento para com o outro gera o preconceito, que muitas das vezes não é expresso na comunicação, mas traz em si o julgamento pré-estabelecido, podendo prejudicar negociações, interferir nos rumos e gerar cada vez mais percepções equivocadas.

Portanto, entender as características pessoais do indivíduo é importante para saber o que está inserido no conflito, levando em conta os aspectos sociais e psicológicos, a fim de obter o melhor gerenciamento do problema.

## 2.2- Processos racionais/matemáticos

O processo racional/matemático é classificado como teorias formais, ou seja, teorias que utilizam cálculos como construção teórica. Este processo formal tem sido utilizado em jogos e em modelos estratégicos de combate, bem como conflitos empresariais. Segundo o autor, neste campo teórico é utilizado o conceito de “jogo de soma zero”, ou “jogo de soma positiva”, termos que significam que a resolução do conflito está em ambas as partes vencerem ou perderem.

É deste campo teórico que derivam os conceitos de jogo de soma zero, ou jogo de soma positiva, que têm sido utilizadas crescentemente na linguagem comum para se referir a conflitos nos quais um ganha às expensas do outro (soma zero), ou a conflitos nos quais ambas as partes encontram uma situação de meio termo capaz de atender as suas necessidades (solução de soma positiva, ou ganha-ganha – “win-win”). Note-se que do ponto de vista matemático é muito mais fácil formular um jogo de soma zero (“eu ganho – você perde”, tal qual numa guerra) do que um jogo de soma positiva (qualquer resultado acima de zero), pois neste caso existem inúmeros motivos misturados e, no limite, uma “infinidade” de soluções possíveis (BARBANTI JR, 2001).

## 2.3- Processos estruturantes

Os processos estruturantes são os estudos para compreender a organização social, aqui BARBANTI JR entende que a forma de organização social contribui para a existência dos conflitos sociais.

Ressalta ele que Marx entendia ser necessária a pressão para instaurar a mudança e solucionar os conflitos, ou seja, para que ocorra mudança no contexto social é preciso o iniciar um conflito contra as formas conservadoras. BARBANTI JR, também traz conceitos de Marx Weber, os quais corroboram Karl Marx, no sentido de enxergar a importância dos conflitos para a sociedade, embora, diferente de Marx, acreditasse que o capitalismo poderia funcionar, ou seja, Weber acreditava na conciliação.

Assim, Marx e Weber, contribuíram para os conceitos de Schelleberg (1996), as cinco formas de lidar com conflitos: “(1) fuga, (2) submissão, (3) reforma gradual, (4) confronto violento, e (5) confronto não violento (BARBANTI JR, 2001).”

## 2.4- Processos sociais

Os processos sociais são um campo em que as teorias enxergam o conflito como um processo em si mesmo, um processo que embora tenha indivíduos dos dois lados, o conflito precisa ser compreendido como um quesito secundários a eles.

Segundo BARBANTI JR (2001), essas teorias são propriamente funcionalistas, uma vez que o passo é entender os argumentos das partes envolvidas. Assim, o autor toma dos conceitos de Northrup (1989) ao argumentar que: (a) as partes envolvidas podem entender o conflito de forma racional, critério, no qual, auxilia na resolução e concordância de ambos, entretanto, caso as partes não estejam entendendo as causas do conflito, pode haver prejuízo de valor, pela falta de percepção perante o problema; (b) como auxílio da compreensão, é necessário que a comunicação seja um artifício para explicar as causas do conflito, caso uma das partes ou as partes não tenham percepção sobre o problema; (c) caso o conflito seja por diferenças de poder, este problema pode ser encarado com “gerenciável”, uma vez que tenha a presença do auxílio externo; (d) por fim, é fundamental estabelecer a conciliação pacífica, pois a demora na mediação só prejudica a solução para as partes, logo, uma breve solução seria ideal enquanto outros elementos do conflito ainda não são resolvidos.

Em vista disso, Northrup (1989 apud BARBANTI JR, 2001), ressalva que a resolução de conflitos depende das partes envolvidas no litígio, o que pode dificultar a visualização do aspecto mais amplo no qual o conflito está inserido. Barbanti critica a visão de processos de *resolução de conflitos* que encontram base em livros-manuais com enfoque na negociação “utilizados de forma pouco crítica por acadêmicos e consultores, tanto no Brasil quanto no exterior” uma vez que para ele os conflitos não podem ser resolvidos.

## 2.5- O jeito de olhar leva às formas de agir

A forma de perceber e a importância dada aos elementos que constituem o processo conflituoso também influenciam no tipo de intervenção a ser tomado no processo de gestão. Nascimento admite a concepção de Simmel sobre conflitos e toma alguns elementos principais que caracterizam e regem a sua evolução e intensidade, são eles: natureza, atores sociais diversos, campo específico, objeto em disputa, lógica ou dinâmica de evolução, mediadores e tipologia. Diz que o primeiro a ser observado na análise é a *natureza*, que pode ser diversa, como por exemplo, econômica, política, social, ambiental, cultural, doméstica, religiosa, ideológica, ética e geográfica. Em cada tipo de conflito ela predomina de forma diferente, de acordo com o momento da história e do território no qual acontece. O autor conta:

No séc XVIII, no Brasil, os conflitos mais importantes estavam relacionados à construção da identidade nacional. No século XIX, estes assumem um caráter político regional que se estende pelos inícios da República. Por sua vez, os conflitos internacionais, após a Segunda Guerra Mundial, eram, sobretudo de caráter ideológico, após a Queda do Muro de Berlim tornaram-se predominantemente conflitos étnicos ou religiosos (NASCIMENTO, 2001).

No período destacado, a sociologia dava pouca atenção aos conflitos domésticos ou individuais e mais recentemente tem ocorrido o contrário, reforçando que a percepção e a importância dada aos conflitos se transformam de acordo com a época e o lugar.

Sobre os *atores*, Nascimento comenta que tornam a investigação do conflito ao mesmo tempo intrigante e difícil, uma vez que estão em constante movimento, assumindo posições diferentes entre si, hora se associando e, em outra, se confrontando, além dos seus interesses e discursos muitas vezes não se apresentarem com clareza. Outro ponto é que conforme a natureza do conflito muda-se os atores, por exemplo, um conflito de natureza ambiental pode reunir atores diferentes daqueles de natureza cultural, sendo de extrema relevância, a identificação destes e de como agem para a análise do próprio conflito (NASCIMENTO, 2001).

Outros personagens também podem fazer parte desse contexto, são aqueles que ficam ou pretendem ficar à margem dele, como *observadores* ou *mediadores*. Segundo Nascimento, mais especificamente quanto aos observadores, eles o presenciam, mas não costumam ter um interesse definido, são personagens que não necessariamente tomam um partido ou estão diretamente envolvidos; vítimas de guerras são um exemplo de observadores.

O espaço que delimita a movimentação dos participantes é denominado *campo do conflito*. Ele acontece em um território, ao mesmo tempo geográfico e social, com regras próprias e contempla recursos diferentes que nem todos os atores têm a mesma possibilidade de acesso. O autor fala que há uma lógica por trás de como esses recursos são alocados e ela muda de acordo com a natureza do conflito e dos atores envolvidos (NASCIMENTO, 2001).

Outro elemento que também modifica o campo é o *objeto de disputa*. Em todo conflito há um objeto de disputa que nem sempre é percebido como tal. Esse objeto pode ser “material ou simbólico, divisível ou indivisível, laico ou profano, real ou irreal” e, na maioria dos casos, assume ambas as dimensões. Para tornar mais clara essa compreensão, tomemos a luta pela propriedade de terra como exemplo, na qual os elementos materiais em torno dela são evidentes, mas ao mesmo tempo envolve elementos simbólicos como disputa de posições de poder, o reconhecimento da identidade de gênero, entre outros. Em todo caso são sempre bens ou recursos vistos como escassos, sendo comum o engano de reduzir os objetos dos conflitos aos bens materiais, uma vez que em grande parte dos casos agregam ideias, status e posições de poder que incitam e movem os atores (NASCIMENTO, 2001).

É interessante lembrar que os indivíduos, grupos e organizações, fora o interesse, possuem percepções, sentimentos e racionalidades diferentes. Por exemplo, o não cumprimento de normas, objeto de disputa frequente, só será entendido como uma transgressão entre os atores, se os demais o reconhecerem como tal. O autor cita o adultério como exemplo, em muitas culturas ele não é aceitável, mas ao mesmo tempo é praticado e em alguns casos é visto positivamente. Assim como o que é muito importante para um, pode não ser tanto para o outro e essa importância



acerca do objeto pode mudar ao longo de um processo de intervenção, mostrando outros interesses que estavam ocultos até então (NASCIMENTO, 2001).

Às fases e formas particulares de cada conflito se manifestar, é dado o nome de *dinâmica do conflito* que pode ser classificada em rápida ou longa, intensa ou parcimoniosa, aguda ou crônica. Em comunidades pequenas são comuns dinâmicas de conflitos longos, parcimoniosos e crônicos, em que os vizinhos ficam longos períodos com questões que vão, voltam e nunca acabam, como também acontece de serem rápidos, intensos e encerrarem-se com violência ou mesmo pacificamente. O autor cita outro exemplo:

O conflito entre etnias formadoras da antiga Iugoslávia existiu em forma latente durante décadas, mas o quadro institucional e político então dominante impedia que se manifestasse plenamente. Bastou a mudança política para que assumisse feições absolutamente imprevisíveis (...) (NASCIMENTO, 2001).

A dinâmica pode ser classificada em fases e ainda subdividida a depender de quem a analisa, contudo, mesmo abordada de forma simples, é notável que pode se modificar ao longo do conflito.

Os conflitos também podem integrar uma tipologia, a mais conhecida vem da teoria de jogos na sua trilogia de luta, jogo e debate. Na trilogia, se a luta objetiva a destruição ou submissão do outro, no jogo pretende-se vencer ou destruir o adversário, enquanto no debate, o confronto visa convencer a plateia (observadores), ganhando a aprovação dos expectadores do debate. As tipologias são muitas e dependem de critérios distintos, por exemplo, quanto à natureza dos atores, definindo se é complexa ou simples. É complexa quando inclui atores distintos como conflitos entre um indivíduo e um grupo social, grupo social e instituição, instituição e Estado etc; e simples quando entre atores da mesma natureza: entre indivíduos, ou entre grupos, entre instituições, etc (NASCIMENTO, 2001).

Nascimento conclui que os conflitos podem envolver outros elementos e a análise abranger outros componentes definidores, todavia os elementos que vimos já auxiliam os participantes a se prepararem para uma negociação, sabendo se situar para ter melhores condições para o sucesso. São muitas as variáveis a influenciar este sucesso, incluindo aspectos que estão fora do controle, mas aguçar a observação dos elementos pode nos permitir a percepção dos processos de mudança, dos movimentos dos atores, do campo do conflito, bem como a natureza e lógica evolutiva, o que pode não ser muito, mas pode ser o suficiente para quê (NASCIMENTO, 2001).

Assim, foram apresentadas brevemente e de forma muito ilustrativa algumas das diferentes teorias que contribuem para o entendimento da complexidade e interdisciplinaridade dos conflitos. Tentou-se evidenciar a importância do recorte analítico, pois este pode ou não contribuir para a compreensão mais ampla, desde um ponto particular ao geral das dimensões que fazem parte do conflito. Portanto, intenta-se contribuir com as discussões sobre conflitos, socioambientais ou no geral, evidenciando a necessidade do enfoque interdisciplinar que envolva elementos

pessoais, micro e macro, já que estes constituem quase todas as situações conflituosas.

## 2.6- O enfoque ambiental

BARBANTI JR (2001) faz um breve histórico dos estudos de conflitos e depois os delimita em dois conjuntos de interpretações mais expressivos, apontando as suas influências na discussão de conflitos ambientais no Brasil. Na visão do autor, o estudo sobre conflitos recebeu auxílio dos vários campos do conhecimento ao longo da história, da Psicologia à Economia, foram levantadas interpretações das formas mais violentas de conflito, como também de outras manifestações mais sutis de confronto entre indivíduos, entre grupos sociais e entre Estados. Mesmo com o esforço, o autor considera que uma porção considerável do debate teórico se limitou a dois conjuntos de contribuições que estão inseridos nos chamados: campo de 'conflito' e campo de 'consenso'. O campo de conflito reúne autores Marxistas e Neo-Marxistas, enquanto o campo de consenso reúne autores da escola funcionalista e teorias de sistemas. (BARBANTI JR, 2001).

Lipset (1985 apud BARBANTI JR, 2001), diferencia esses dois temas da seguinte maneira: o campo de conflito em Marx, aponta os conflitos de classes e suas causas, em que a revolução seria o ponto de mudança social; já no campo de consenso da escola funcionalista, por suposição de conceitos conservadores, tudo o que existe é fundamental e os efeitos das mudanças sociais planejadas podem ser imprevisíveis, ou desastrosos. (BARBANTI JR, 2001).

Em vista disso Barbanti salienta:

A visão marxista acredita que a fonte dos conflitos se encontra nas relações socioeconômicas, que necessariamente colidem entre si e com isso provocam a mudança do sistema capitalista. A visão funcionalista acredita a existência dos conflitos à natureza humana, e sustenta que é possível "resolver" conflitos por meio da mudança nessas relações (BARBANTI JR, 2001).

No Brasil, até a metade da década de 80 as linhas de discussões sobre conflitos sociais estavam diretamente ligadas as Ciências sociais e Humanas e mais influenciadas pela visão marxista, no entanto, a partir dessa época, a queda dos sistemas de países socialistas foi mudando o rumo político e marcando um redirecionamento, a partir desse momento passam a ganhar mais ênfase os enfoques teóricos do consenso. (BARBANTI JR, 2001)

Sobre o cenário ambiental nesse mesmo período, o discurso da sustentabilidade começa a ser incorporado pelo mundo empresarial e as preocupações com o meio ambiente são integradas pela lógica econômica, só que em parte, pois na maioria das vezes, a degradação do meio ambiente continua sendo considerada uma externalidade na lógica econômica, enquanto os serviços ambientais são pouco percebidos e menos ainda contabilizados. (BARBANTI JR, 2001).

Ainda que com limitações, nas últimas três décadas, consideráveis teorias e práticas de incentivo ao desenvolvimento unido à preservação ambiental foram introduzidas no Brasil, principalmente contribuições voltadas para programas e projetos de proteção florestal na Amazônia e Mata Atlântica. Essas iniciativas foram concebidas com base na ideia que é racional promover o desenvolvimento sustentável, uma vez que garante a manutenção das futuras gerações. Aqui estão contidas duas suposições essenciais para esse desenvolvimento: a primeira é que é racional economicamente incorporar as questões ambientais; e a segunda é que a falta de sustentabilidade põe em risco a existência humana. Logo, o interesse pela sustentabilidade, quando se torna meramente particular, não consegue durar por muito tempo, sendo inevitável uma mudança de olhar dos atores sociais rumo a teorias e práticas de desenvolvimento com um interesse mais comum, mais difuso, aderindo assim às práticas de sustentabilidade (BARBANTI JR, 2001).

Barbanti fala que “Esta visão, que ganhou ressonância no movimento ambientalista brasileiro, é sustentada pela tese de que as ideias são motores da prática” se contrapondo à linha de acadêmicos como Viola e Leis (1995 apud Barbanti Jr., 2001) que defendiam que a boa nova ambientalista faria confluir os diferentes setores da sociedade para a promoção da sustentabilidade. O autor encontra respaldo em Alonso (2000) quando diz que prismas de análise como o de Viola e Leis reduzem a questão ambiental à aceitação dos valores ambientalistas por parte dos atores sociais, redundando na visão que os conflitos ambientais seriam tão somente conflitos de valores que “uma vez esclarecidos, os atores tenderiam a aderir as práticas sustentabilistas” (2000 apud BARBANTI JR., 2001).

Ele completa afirmando que trabalhos acadêmicos com este conteúdo favoreceram para o país não incorporar, na medida necessária, trabalhos teóricos e práticos em relação às questões de conflitos ambientais. Barbanti reconhece que está havendo um maior esforço para integrar o tema, mas que apesar disso, ainda não são suficientes as contribuições para as análises teóricas da correspondência entre promoção da sustentabilidade e conflitos sociais. (BARBANTI JR, 2001)

Para isso Barbanti em seu artigo descreve algumas tendências do enfoque sobre conflito e meio ambiente na atualidade e encontra em Alonso e Costa (referência) um caminho de reflexão que concorda com a existência de conflitos ambientais. Esta linha é ancorada no conceito de “repertório contencioso”, o qual considera as formas de percepção da realidade de diferentes grupos sociais e as suas motivações de acordo com o cenário sócio histórico em que vivem. Apesar disso, Barbanti ainda sim prefere caracterizá-lo como “um estudo de movimentos sociais em torno da questão ambiental” e justifica dizendo:

Conflitos envolvem interesses imiscuídos que vão do individual ao coletivo numa mesma dada situação. Uma teoria de processo político pode, portanto, não ser suficiente para explicar o conjunto de elementos presentes em conflitos, tais quais os psicológicos. Disto decorre que uma única disciplina do conhecimento pode não ser suficiente para se analisar conflitos, principalmente aqueles relacionados à promoção de formas mais sustentáveis de desenvolvimento, pois as diversas dimensões da

sustentabilidade implicam justamente num enfoque interdisciplinar (BARBANTI JR, 2001).

Ele completa ponderando que essa caracterização obriga um recorte que acaba por excluir outras partes do conflito e cita o exemplo da extração ilegal de madeira numa reserva indígena, questionando se este seria um conflito agrário ou ambiental, concluindo ser mais interessante buscar uma teoria mais abrangente das características essenciais desses conflitos (BARBANTI JR, 2001).

Nesse sentido, o presente trabalho pretende contribuir sinalizando a teoria e a prática das Constelações Sistêmicas como instrumento de intervenção em conflitos sociais e ambientais como foco, sem jamais pressupor nesta o achado para a resolução de todos os conflitos. As partes envolvidas e os gestores podem e devem lançar mão das diversas alternativas de intervenção, dentre as quais a Constelação Sistêmica pode fazer parte, o que pretendemos perceber brevemente na parte prática desse trabalho.

Portanto para o efeito do presente artigo, iremos considerar o conceito de conflito socioambiental utilizado por Barbanti no seu texto Gestão de Conflito em cadeia de Valor da Sociobiodiversidade (2010) quando for mencionado nos casos estudados. Lembrando de levar sempre em conta a complexidade do conflito, ele o define como conflitos sociais, tomando em conta o caráter multidimensional destes, nos quais o aspecto que predomina é a questão ambiental, sendo “capaz de influenciar de forma decisiva o comportamento dos atores e a dinâmica do processo conflituoso” (BARBANTI, 2010).

### **3- A CONSTELAÇÃO SISTÊMICA**

A Constelação Sistêmica foi difundida pelo trabalho do alemão Berth Hellinger, inicialmente através da abordagem da Constelação Familiar, que tem suas raízes em diversas linhas terapêuticas como o psicodrama, desenvolvido por Jakob Moreno no início da década de 1930, e na escultura familiar aplicada por Virginia Satir (GROCHOWIAK e CASTELLA, 2007). Alguns a definem como uma técnica, ou como metodologia enquanto outros a tomam como filosofia, não há um consenso, mas fato é que ela se espalhou pelo mundo e hoje é aplicada por profissionais das mais diversas áreas. Em pouco tempo ganhou espaço em ramos como o do direito, da educação e no mundo das organizações, assumindo por vezes aspecto de terapia e outras, de consultoria. Por isso vamos usar o termo Constelação Sistêmica para referir-se às Constelações como um todo, englobando as várias modalidades que estão se desenvolvendo e à Constelação Familiar como a origem de onde afloraram as outras constelações.

Para falar de Constelações Sistêmicas, primeiro precisamos falar do grande difusor desse conhecimento chamado de Berth Hellinger. Nascido em 1925 na Alemanha, Berth viveu a Segunda Guerra Mundial enquanto jovem e posteriormente foi, como missionário de uma ordem católica, servir na África do Sul, onde viveu, estudou e trabalhou durante 16 anos da sua vida. Voltou para a Alemanha e continuou seus

trabalhos e estudos. Ao longo desse período, formou-se em Teologia e em Pedagogia e fez diversas outras formações nos campos da Psicanálise, Terapia Primal, Análise Transacional, Hipnoterapia e Terapia Familiar (BERTH HELLINGER, 2003). Durante a década de 60, Berth inicia contato com grupos de estudos que permitiram despertar a sua percepção para a fenomenologia como fonte de conhecimento, conhecimento este que integrará os fundamentos das Constelações Familiares.

Sobre o caminho científico e o caminho fenomenológico, Berth fala que dois movimentos nos levam ao conhecimento. O primeiro é de observação e exploração, ele quer apreender algo que até então não se conhece e dispor desse conhecimento, o empenho científico pertence a esse tipo. Hellinger também se refere à importância da ciência a respeito do quanto modificou, garantiu e enriqueceu a nossa vida e o nosso mundo (HELLINGER, 2001).

O segundo movimento se origina quando paramos um tempo durante o esforço exploratório e direcionamos o olhar para o todo e não mais para um objeto específico, pois assim “o olhar se dispõe a receber simultaneamente a diversidade com que se defronta”. É importante dar ênfase a esses dois aspectos, o tempo e a direção para o todo no qual o olhar vai se deter e depois recuar pois, quando fazemos isso, podemos notar que o olhar fica simultaneamente pleno e vazio, para assim podermos nos expor à plenitude da diversidade e suportá-la. “Assim detemo-nos em nosso movimento exploratório e recuamos um pouco, até atingir aquele vazio (...) esse movimento, que inicialmente se detém e depois se retrai, eu chamo de fenomenológico”. Hellinger também diz que os dois movimentos se completam, pois o conhecimento que se adquire com a ciência também precisa por vezes se deter e direcionar a atenção do estreito ao amplo, enquanto o conhecimento obtido através da fenomenologia por vezes precisa ser testado nos indivíduos ou outros (HELLINGER, 2001).

Oliveira e Silva diz em seu estudo que a fenomenologia ganhou impulso no início do século XX com o trabalho de Edmund Husserl, outro alemão. Husserl tomou as influências do pensamento de Platão, Descartes e Brentano e dedicou-se ao estudo de um método que revelasse a cotidianidade do mundo. Tal abordagem indica que o que se mostra do mundo é o fenômeno, e este para ser visto necessita ser revelado. O termo fenomenologia expressa o estudo dos fenômenos, daquilo que vêm quando detemos a atenção e buscamos explorar. “A fenomenologia tem a preocupação em explicar as estruturas em que a experiência se verifica, descrevendo-as em suas estruturas universais”. Portanto é um conhecimento que procura desvelar o sentido do que se apresenta, para encontrar-se com aquilo que a coisa é (OLIVEIRA E SILVA JM, LOPES RLM, DINIZ NMF, 2006).

Outro ponto importante a se considerar da fenomenologia como uma das bases da constelação sistêmica é que a sua referência é o ser, o que a torna interessante para trabalhar com processos participativos.

Valorizar o ser passa pelo rigor científico desta abordagem, fundamentado nas características do existir. A fenomenologia tem a preocupação em explicar as estruturas em que a experiência se verifica, descrevendo-as em suas estruturas universais. (OLIVEIRA E SILVA JM, LOPES RLM, DINIZ NMF, 2006).

Exaltando, portanto, que é a partir do cotidiano que se torna possível analisar a dimensão dos elementos em sua estrutura existencial e a relação de um com o outro na dimensão de tempo e espaço, uma vez que considera o ser humano um ser aberto e não fechado para o mundo.

Berth fala que o conhecimento da fenomenologia também resulta da percepção filosófica e da utilização filosófica do método, mas não seria possível ir ao seu encontro sem a via de acesso do “saber por participação”, sendo possível acessar esse caminho através das Constelações quando elas ocorrem sob o enfoque fenomenológico. Ele continua explicando que nas rodas de Constelações o cliente escolhe aleatoriamente pessoas que não conhece e nem mesmo sabem da sua história e os coloca para representarem no campo fenomenológico. As pessoas são tomadas por sentimentos, movimentos e às vezes até falas que manifestam a história da questão trazida. Através do processo que se desenrola, o cliente entra em contato com um saber que antes estava oculto à sua percepção. Essas revelações vão causar efeitos no cliente e nos outros participantes.

Do ponto de vista dos representantes essa experiência é vivenciada no campo quando se colocam como instrumentos do sistema da pessoa que constela, podendo perceber que existe uma força atuando no campo, que ela é dotada de saber e pode se manifestar por meio do representante bastando a sua simples participação. Do mesmo modo ocorre com quem facilita a constelação e os outros participantes, todas as pessoas, a partir do seu ponto de vista, podem impactar e serem impactadas por esse conhecimento que é acessado apenas pela via do “saber por participação”. Porém essa compreensão depende de uma postura fenomenológica sem a qual os trabalhos com Constelações ficam superficiais, passíveis a desvios ou sem força. Ela é alcançada através da renúncia, do deixar de lado das intenções e medos e do concordar e assentir à realidade, do jeito como se manifesta (HELLINGER, 2001).

Sobre o primeiro pressuposto da postura fenomenológica, a ausência de intenção, Hellinger diz que “Quem mantém intenções impõe à realidade algo de seu; talvez pretenda altera-la a partir de uma imagem preconcebida ou influenciar e convencer outras pessoas de acordo com ela” e fazendo dessa forma ela age como se estivesse em uma posição superior frente à realidade, como se esta fosse o objeto. Por esse motivo é exigida a renúncia até mesmo das boas intenções. “A intenção não substitui a compreensão”. A segunda pressuposição para alcançar essa compreensão é o destemor. Nas palavras de Berth “Quem teme o que a realidade traz à luz, coloca uma viseira nos olhos. E quem receia o que outros vão pensar ou fazer quando diz o que percebeu fecha-se a um novo conhecimento” e finaliza dizendo que não temer nos coloca a altura dessa realidade.

A presença dos dois primeiros pressupostos permite a presença do terceiro que é a sintonia com a realidade como ela é. Somente entrando em sintonia com todas as faces dessa realidade é possível conseguir a compreensão e a força para encarar o que está sendo rejeitado e, em alguns casos, revertê-lo, mas para isso muitas vezes se faz necessário sustentar a sintonia com aspectos que temos dificuldades em lidar, seja felicidade e infelicidade, saúde e doença, culpa e inocência, morte e vida sem a intenção de manipular o que se manifesta (HELLINGER, 2001). Ancorados com essa postura é possível que todas as partes envolvidas na Constelação possam verificar as estruturas e dinâmicas presentes naquele contexto, tarefa nada fácil é alcançar essa postura em plenitude, mas o exercício está proposto e é com a prática que isso se desenvolve.

Outro ponto essencial no que toca as Constelação é o fato do conflito fazer parte ou não de um sistema. Para isso vale detalhar sobre qual conceito de sistema estamos falando. Em grande parte, os conceitos costumam trazer um aspeto relacionado a partes que compõe um todo, ou um todo subdividido. E para você, o que significa “sistema”?

Grochowiak e Castella, consteladores e escritores da área das Constelações Organizacionais encontram no conceito da teoria sistêmica a base para discorrer sobre o conceito de sistemas nas constelações. Nessa teoria além dos diversos elementos que compõe algo maior, é decisivo considerar as relações que estas partes estabelecem. Mas, de acordo com esta, somente um todo subdividido em partes que se relacionam ainda não é suficiente para caracterizar um sistema. Então há também de se observar a qualidade desta relação. Para a concepção, é preciso que a relação entre as partes as afete mutuamente e ao mesmo tempo influencie outros elementos que também influenciarão as primeiras partes. Para esse tipo específico de relação é utilizado o termo “interdependência”. Nas relações interdependentes a mudança do comportamento dos elementos em um ponto irá gerar mudanças em outro ponto do sistema porque as partes se afetam mutuamente e com isso formam uma estrutura organizada (GROCHOWIAK e CASTELLA, 2007).

Para simplificar o sentido que a relação de interdependência remete, os autores citam o exemplo de uma lagoa de sapos, onde vamos considerar apenas dois elementos, a densidade de sapos e a disponibilidade de comida. A medida que a disponibilidade de alimento cresce, a população de sapos, se beneficiando da abundância de comida, também tende ao crescimento. Por sua vez, com o aumento da população, a oferta de alimento tenderia ao declínio. E adiante, a escassez prolongada do recurso iria afetar o aumento da população de sapos e assim o ciclo continuaria. É claro que os sistemas são muito mais complexos, envolvendo outras populações, recursos, condições e interações, sendo este apenas um exemplo clássico de um sistema no qual os elementos (sapo/comida) manifestam uma relação interdependente (GROCHOWIAK e CASTELLA, 2007).

Dois pontos merecem destaque aqui, o primeiro é a incerteza de onde o processo se inicia, na teoria de sistema não é possível decidir o que é causa e o que é efeito.

Uma visão arbitrária pode definir que o processo se iniciou no aumento da população de sapos que ocasionou a diminuição da oferta de alimento, mas antes disso o aumento da oferta de alimentos permitira o crescimento da população e assim sucessivamente. São processos cíclicos, nas palavras dos autores “o efeito (em um local) é a causa (em outro local), o efeito torna-se a sua própria causa”, ou seja, não é possível separar causa de efeito (GROCHOWIAK e CASTELLA, 2007).

O segundo ponto é que os sistemas cujos elementos estão em interdependência ficam em constante fluxo, não param. A quantidade de sapos aumentará e aumentará até não ter mais comida o bastante para após o número diminuir mais e mais até que a disponibilidade de alimento tenha se recuperado e então depois volte a crescer. Há um crescimento e uma redução dentro de certas margens, não há um valor fixo, mas sim uma variação que permanece em torno de um valor médio. Por isso, a teoria sistêmica presume um equilíbrio em fluxo que nunca é alcançado em absoluto e estaticamente (GROCHOWIAK e CASTELLA, 2007).

As características dos sistemas podem ser observadas nos mais diversos planos e escalas. Na economia de mercado, por exemplo, no efeito recíproco entre oferta e demanda, na astrofísica, planetas e sol mutuamente exercendo influência uns nos outros pela força da gravidade e tantas outras vias de observação dos mais variados sistemas que fazemos parte. Mas o que agrega a consciência dessas características? O que muda quando, ancorados nesses conceitos, fixamos o olhar para algo? Qual seria a sua utilidade? A utilidade está na aplicação e reside na possibilidade da descrição se valer de estruturas complexas para reproduzir a complexidade dos fenômenos, o que confere mais exatidão e adequabilidade quanto ao que está em análise. A partir de uma ferramenta que permite acessar a complexidade dos fenômenos, o olhar dos observadores poderá voltar-se para aspectos da realidade que antes continuariam ocultos (GROCHOWIAK e CASTELLA, 2007).

Berth Hellinger também notou nos muitos anos de pesquisas que famílias apresentam propriedades específicas de sistemas. Observou que as leis que se manifestam em um sistema podem se mostrar em outros, mesmo que os membros ou elementos sejam absolutamente distintos. Sobre essa dinâmica GROCHOWIAK e CASTELLA acrescentam:

Notam-se estruturas que podem ser reproduzidas de forma generalizada, independentemente de realizações materiais concretas dos sistemas. Estruturas que se evidenciam independentemente do respectivo objeto observado, formando, assim um elo entre sistemas completamente distintos. Sob essa perspectiva podemos considerar a teoria sistêmica como uma teoria de estruturas, uma vez que esta não se orienta tanto pelo conteúdo material, mas pelas estruturas mais abrangentes realizadas nesse conteúdo.

Hellinger constatou que as famílias têm propriedades sistêmicas, bem como certas estruturas que também se mostram em sistemas comparáveis e não apenas nos familiares, expandindo assim o alcance do entendimento das dinâmicas e leis básicas que atuam sobre os sistemas em geral. As três principais leis mencionadas



por Beth são “o vínculo”, “a ordem” e “o equilíbrio entre dar e tomar”, mas não serão detalhadas neste estudo. Assim como outras características inerentes aos sistemas, essas leis podem ser constatadas analogamente em sistemas constituídos por indivíduos que não tem parentesco, mas estão ligados por um objetivo em comum como quando se reúnem em empresas, associações, escolas, comunidade de moradores e outras.

A proposta da constelação sistêmica como um instrumento de intervenção de conflitos parte do princípio que as leis e dinâmicas básicas que atuam nos sistemas familiares também podem ser vistas em outros sistemas e por isso o método das constelações pode ser aplicado no contexto da gestão de conflitos. Nessa visão reside a hipótese deste trabalho; a constelação sistêmica pode atuar em determinadas demandas de processos de gestão de conflitos socioambientais, pois é um conhecimento interdisciplinar e complexo que pode ser utilizado para trabalhar com a realidade. A Constelação não tem a intenção de resolver as questões, mas é um instrumento preciso, ela propõe que detenhamos o olhar para questões essenciais que não estão sendo percebidas nos sistemas e as incluamos no campo e em nossos corações. Veremos, brevemente, como isso pode acontecer na prática mais adiante, nos resultados deste estudo.

#### **4- METODOLOGIA**

O presente artigo se caracteriza como um trabalho teórico empírico o qual inclui revisão de teorias concernentes aos temas combinadas ao levantamento de dados por meio de método qualitativo. Na pesquisa bibliográfica foram utilizadas as palavras chaves *conflitos*; *conflitos socioambientais*; *fenomenologia* e *constelações sistêmicas* nas plataformas scielo, periódico capes e google acadêmico. Para o tema das Constelações também foram consultados livros. Os dados da prática das constelações foram levantados a partir da observação dos fenômenos a partir de um exercício demonstrativo. Não houve necessidade do uso de métodos estatísticos, mas sim dado foco a relação dinâmica e de vínculo entre os elementos dos objetos de estudo através de análise intuitiva e descrição do que foi observado.

Os exercícios com casos de conflitos socioambientais em dois biomas brasileiros foram realizados com base em pesquisa bibliográfica de casos aleatórios consultados no Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Fiocruz. A partir do estudo dos casos foram definidos os principais elementos envolvidos na trama central de cada conflito e depois expostos no campo. A intenção foi permitir uma breve e superficial observação/ experimentação do conflito no campo mórfico. Rupert Sheldrake fala sobre o Campo Morfogenético em sua obra. Ele afirma que tanto plantas, como seres humanos e outros indivíduos que pertençam a mesma espécie, adotam comportamentos herdados de gerações anteriores. Há um tipo de memória coletiva na qual estes indivíduos estão unidos. Os campos mórficos são meios pelos quais as informações transgeracionais circulam, é nele que são trabalhadas as questões na Constelação.

Mas porque um exercício breve ao invés de uma constelação de fato? Porque Berth Hellinger deixa pressupostos sobre a arte de oferecer auxílio, a ajuda também requer ordem para que a sua aplicação não traga ainda mais emaranhamentos para o sistema. Em sintonia com esses pressupostos, o primeiro ponto que foi considerado para a conduta adotada é que a ajuda, para ter força, precisa ser solicitada por aqueles que queremos ajudar. Caso contrário ela se esvai e pode separar ao invés de unir. O segundo ponto está relacionado com a 4ª ordem da ajuda que diz que um emaranhamento pode ser causado quando pessoas ou elementos essenciais não são olhados e honrados podendo em muitos casos ficar de fora quem têm a chave para a solução (As Ordens da Ajuda de Berth Hellinger). Como os envolvidos dos conflitos não solicitaram ou foram entrevistados para a realização das Constelações, preferiu-se realizar uma mostra representativa através do exercício proposto.

No campo funciona da seguinte forma: o constelado escolhe aleatoriamente entre os presentes do grupo, representantes para si e para os elementos da questão/membros significativos do sistema. Ele posiciona os representantes e estes começam a apresentar sintomas físicos, sentimentos e emoções como “de quem” ou “do que” estão a representar. O constelado ficará como observador e os representantes darão vazão aos movimentos que o corpo deseja realizar para, quando solicitado pelo facilitador, expressar os sintomas que percebe verbalmente. Também podem ser utilizados bonecos ou outros instrumentos para representarem os elementos, no presente estudo foram utilizados bonecos.

## **5- RESULTADOS E DISCUSSÃO - DA TEORIA A AÇÃO**

### **5.1- Primeiro caso – Bioma Amazônia**

Foi pesquisado no Google com as palavras chaves “mapa injustiça ambiental” o acesso ao site do mapa da Fiocruz que contém mapas de conflitos envolvendo pessoas e meio ambiente em todo o Brasil. Na página foi escolhido aleatoriamente um número que nos levou ao bioma Amazônia, em um município da região sul amazonense, onde foi escolhido o conflito. As informações detalhadas da população envolvida não serão reveladas uma vez que esta não foi consultada sobre o presente estudo, não tendo permitido a divulgação dos dados levantados com a prática.

A população envolvida no conflito é indígena e representativamente vamos chamá-la aqui de Guaraci. Por volta do século XVII os Guaraci constituíam um povo com cerca de quatorze mil habitantes segundo o Instituto Socioambiental (ISA). Após séculos de sucessivos massacres e com a expansão da frente extrativista, na década após a metade do século XX a população estava reduzida a poucas dezenas de habitantes. Pouco antes da virada para o século XXI, esta população contava com 5 indivíduos e já era considerada em vias de extinção devido a

impossibilidade de casamentos internos. Foi então quando uma porção dentro da FUNAI procurou uma solução alternativa pouco convencional, levantando a possibilidade de casamentos com indivíduos de outra aldeia. Ocorreu nesta época da família indígena ser removida da sua terra de origem pela Administração Regional para outro local alegado o estado de saúde de alguns membros da família, um idoso e mulheres grávidas. Representantes da FUNAI e outros órgãos se posicionaram contra a ação. Essa mudança trouxe repercussões que até hoje reparte opiniões quanto a retirada de populações indígenas de suas terras.

Após um tempo os Guaraci foram transferidos para uma aldeia de outra etnia que vamos chamar aqui de Raoni. Nela viveram por mais de uma década, período no qual aconteceram casamentos e a população cresceu para quase 20 habitantes. Nesse período também, entidades intercederam junto ao Ministério Público para pleitear a volta do povo à sua terra, uma vez que a remoção é considerada ilegal e ilegítima inclusive para os povos indígenas. O grupo recebeu apoio do Ministério Público e após um longo período de processos, o judiciário determinou a volta da população para a sua terra, o que começou a ocorrer no final da primeira década do século XXI, mas com grande dificuldade de adaptação.

Em 2011 também, a Frente de Proteção Etnoambiental do Madeira (FPEA Madeira) da FUNAI, encontrou evidências que apontavam para a existência de índios isolados a cerca de 30 quilômetros do canteiro de obras de uma das usinas hidrelétricas (UHEs) instaladas na região. Segundo o FPEA os indícios apontavam para a possibilidade do grupo pertencer a mesma etnia dos guaraci, o que reacendeu a esperança da população do ponto de vista etnológico e reiterou a convicção da entidade quanto a necessidade de uma Plano de Trabalho mais duradouro junto a essa área para evitar os impactos provocados pelas UHEs e pelo avanço da invasão nas áreas sobrepostas no entorno do Parque Nacional onde fica localizada a terra.

Após 15 anos de sua saída, na quinta tentativa, os guaraci encontraram melhores condições para se instalarem na região, mas continuaram encontrando dificuldades para a adaptação, principalmente com relação aos esposos que foram obrigados a deixar a aldeia para acompanharem as esposas de volta à terra. Desta vez são eles que se sentem “exilados em terras alheias” e essas e outras dificuldades ainda são considerados obstáculos reais para o retorno definitivo dos Guaraci para o seu território. O artigo cita a opinião de Sydney Possuelo, ex-presidente da FUNAI que em entrevista garantiu que foi contra a retirada do povo de sua terra tradicional, mesmo estando sem assistência e abandonada. Concluindo que:

Essa história serve para dizer o seguinte: não se tira índio da terra tradicional dele. Tudo que se faz nesse sentido dá errado. Hoje a etnia sofre com o drama do retorno e da adaptação dos maridos (...), disse Possuelo. Nós mesmos (...) quando vamos para outro país temos saudade da nossa terra. Imagina aqueles que só têm como afinidade a mata, o ambiente em que nasceu!

O então coordenador regional da FUNAI de Humaitá (AM) declarou que conforme relatório, o ancião, último descendente masculino do grupo originário, desde que

voltou para a sua terra passou a sorrir e interagir mais, trabalhando ativamente no feitiço de flechas e coleta de frutos, enquanto vê a família crescer. E cada detalhe desta história mostra que há muitos aspectos a serem considerados no desenrolar deste conflito sendo difícil e, para fins da constelação, desnecessário o juízo das decisões do passado, sendo mais importante perguntar o que precisa ser visto e incluído para a paz desse povo e do sistema que ele pertence.

### A prática

Na prática da constelação o que primeiro se considera é “quem traz a questão”, o cliente. Poderia ser o antropólogo querendo utilizar a Constelação como ferramenta de auxílio no estudo da proposta de matrimônio entre as aldeias pretendentes junto com a família que se manteve. Pode ser a solicitação do povo indígena para constelar. Ou da FUNAI, da Administração Regional, das esposas, dos maridos que se sentem distante das suas terras ou de outras partes envolvidas; todos esses como clientes seriam o ponto de partida para trás, para trabalhar na raiz do emaranhamento da questão trazida na entrevista.

Do ponto de vista dos indivíduos indígenas, qualquer imagem é reduzida perto dos quantos momentos de desespero, dor e amor que a aldeia viveu até chegar a cinco indivíduos. Em todos eles alguém poderia decidir constelar. Mas a Constelação sempre acontece no presente, ou seja, é necessário entrevistar o cliente e colher os elementos a partir daquilo que se manifesta naquele momento como um problema a ser visto e que irão compor o campo mórfico. E é por esse motivo principal que os exercícios que se seguem não servem como diagnóstico para qualquer tomada de decisão e é melhor serem considerados uma representação dos campos dos casos estudados, com a finalidade de ilustrar o que ocorre nas constelações. Do contrário seria necessário que alguma das partes a solicitasse, fosse entrevistada e seguisse com os requisitos para uma Constelação Sistêmica.

Foram escolhidos sete elementos: os Guaraci, a FUNAI, a administração regional, a terra de origem, a extinção, a vida e os Raoni. Os elementos foram representados por bonecos e a escolha e colocação dos representantes aconteceu de forma oculta, ou seja, durante o exercício não se sabia quem cada boneco representava. De um a um os representantes foram sendo percebidos. Ao final foram reveladas as identidades de cada representante. A seguir, na figura 2, segue a representação gráfica da experiência junto com o que foi observado.



Figura 2- O corte nos círculos representa a direção da parte frontal do corpo, o olhar dos representantes. Esse olhar pode representar uma conexão, bem como é interessante observar a posição que o representante ocupa, a sua postura, sentimentos e sensações em relação a si mesmo e aos outros. Em vermelho, os Guaraci; a Vida, de violeta; os Raoni, verde; a FUNAI, amarelo; a terra de origem, preto; a extinção, azul e a Administração Regional, rosa.

Lembrando que a ordem de escolha para perceber cada representante foi aleatória uma vez que não se sabia quem era cada um. O primeiro elemento percebido foi “a extinção”. Esta sente desconforto em olhar para a “a Administração Regional”, se vira e prefere olhar em direção ao núcleo composto pelos “Guaraci”, “a vida” e “os Raoni”, sente mais calor vindo dessa direção. Tem a sensação de estar à procura de algo, se movimenta como olhando ao redor, quando se afasta do grupo sente-se fraca e a cabeça fica aérea, volta para perto do grupo. Sente-se confusa, perdida.



**Figura 3 - A seta mostra quem se movimentou. A extinção faz o movimento de afastar-se e volta, para olhando para outra direção em relação ao início.**

O segundo elemento foi “a administração regional”, em rosa, esta sentiu vontade de olhar ao redor, mas o representante sentia-se congelado, enrijecido, como se algo de fora o vigiasse em tom de ameaça, como se quisessem lhe tomar algo. Não houve movimento.

O terceiro elemento percebido foi “a FUNAI”, logo de princípio sente-se sem força, prefere deitar-se. Ela se deita no chão e sente vontade que “os Raoni” e “a terra de origem” virassem para ela, a vissem.

O quarto elemento foi “a terra de origem”. A raiva e um sentimento visceral de expressão de sua fúria se manifestaram junto com a vontade de proferir acusações, sem um alvo claro. Sai de perto da “FUNAI” e vai em direção “a vida” ficando entre esta e “a extinção”, sente-se melhor neste lugar e prefere ficar de frente para “a FUNAI” e “os Raoni”.



Figura 4 - A “terra de origem” prefere ficar entre “a vida” e “a extinção”, de frente para “a FUNAI” e “os Raoni”.

“Os Guaraci” foi o quinto elemento. Sente-se sem ar, como algo entalado preenchendo toda a sua região abdominal e garganta, um desconforto, algo que quer sair, mas não pode. Incomoda-se com a presença da “terra de origem” e vai em direção à “vida” ficando ao seu lado, prefere ficar de frente para “a terra de origem” e para a “extinção”. “A Funai” desperta um pouco a sua curiosidade.



Figura 5 – Os “guaraci” se incomoda com a presença da “terra de origem” e prefere ir ficar ao lado da “vida”, ficando entre esta e os “Raoni”.

O sexto elemento, “a vida”, afasta-se e depois sente vontade de se aproximar “da terra de origem” e da “extinção”, uma vontade de se aproximar sem a segurança de ser bem-vindo, aproxima-se até um certo ponto. Carrega um sentimento de pesar em direção aos outros dois personagens, principalmente em relação “a extinção”.



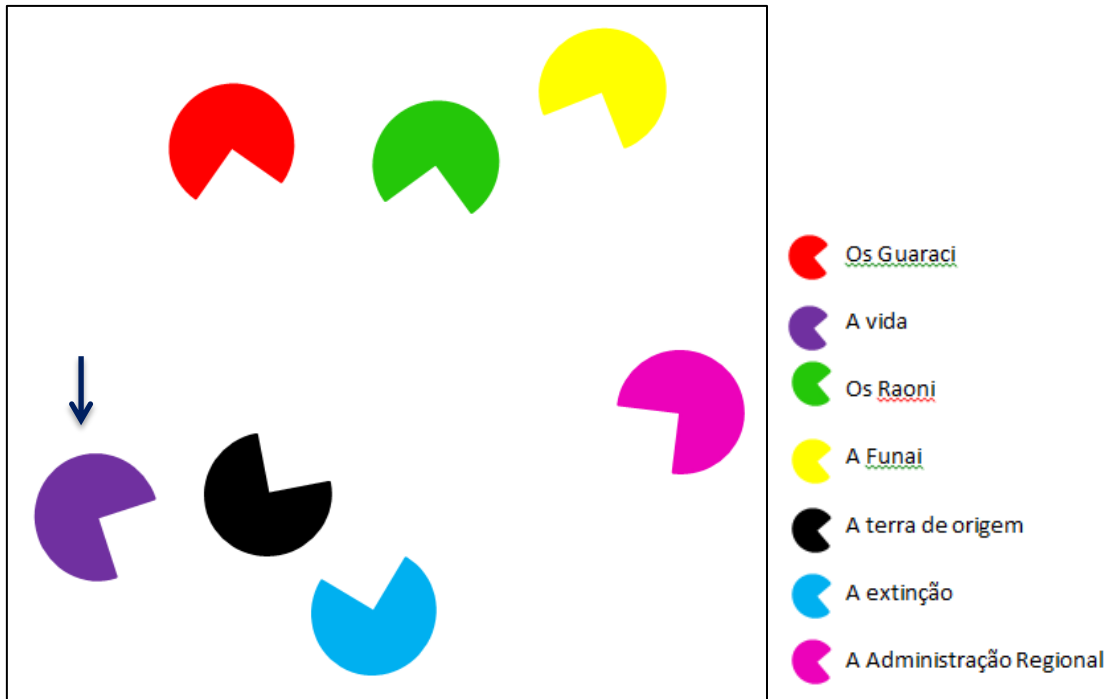


Figura 6 - “a vida”, se aproxima “da terra de origem” e da “extinção” e para, senti receio de se aproximar mais. Quem lhe chama mais a atenção é a “extinção”.

Por último, o sétimo elemento, os Raoni, sente-se bem, um calor no peito, aproxima-se da “terra de origem” e da “extinção”, mas “os Guaraci” ainda lhe despertam a atenção. Não gosta da presença da “administração regional” nas suas costas.

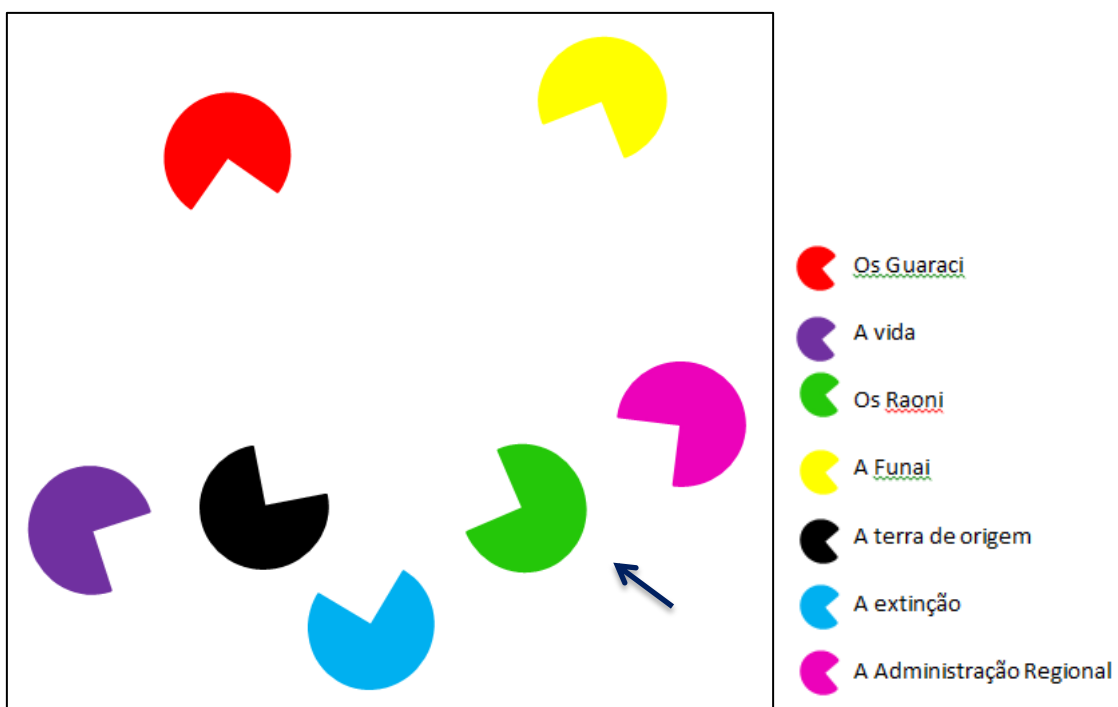


Figura 7 - Os "Raoni" saem de onde estavam para ir em direção à "terra de origem" e à "extinção". Os "guaraci" ainda despertam o seu interesse.

No exercício foi possível perceber relações, sentimentos e dinâmicas que poderiam se desdobrar caso a Constelação continuasse, o que sinaliza a possibilidade de trabalhar questões do conflito no campo mórfico. Berth Hellinger aconselha que sejam evitadas as interpretações do fenômeno, mas sim que agucemos a percepção para o que foi mostrado, ficando a cargo de cada um ter as suas próprias impressões do que foi vivido no campo. A experiência em si é que revela aquilo que precisa vir à tona e atinge de forma diferente cada observador, dispensando qualquer conclusão sobre o que foi visto pois esta seria reduzida, podendo limitar o alcance do que é experienciado.

## 5.2- Segundo Caso – Bioma Mata Atlântica/Bioma Pampa

O segundo caso também foi escolhido aleatoriamente no mapa da Fiocruz, o que veio à luz foi um caso localizado entre o bioma Mata Atlântica e o bioma Pantanal, no Rio Grande do Sul. O conflito gira em torno da utilização indiscriminada de agrotóxicos na agricultura brasileira, para uns, comprovadamente um grave risco considerados todos os impactos sociais, ambientais e até mesmo econômico que decorrem deste, enquanto do ponto de vista de outros, esse uso não é claramente grave, pelo contrário, é uma solução do ponto de vista econômico e tecnológico. Mais especificamente envolvendo três municípios da região sul do país, o índice de suicídios e distúrbios neurocomportamentais chamou a atenção, levantando suspeitas nos moradores e médicos da região o que fomentou parcerias e gerou levantamento de dados sobre o assunto.

João Werner Falk, médico e professor da Faculdade de Medicina da UFRGS, em entrevista a revista Galileu diz que é possível encontrar na literatura internacional comprovadamente os diversos prejuízos que o uso intensivo de agrotóxicos causa à saúde física e mental. Na região descrita o pesquisador relata que um dos municípios, no que se refere ao índice de suicídio, se compara a outros estados do Brasil e países do exterior que possuem os maiores índices de suicídio do mundo. Ele menciona:

A maior parte dos suicidas [do período estudado] é constituída por agricultores. A porcentagem varia de 47,61% a 66,66%, conforme o ano. Em 1993, incluídos os chamados 'safristas', que são trabalhadores rurais temporários da época da safra, esse percentual alcançou 83,32% (REVISTA GALILEU, 2002).

Em um de seus estudos ele fala que a utilização de defensivos é muito intensa na região, especialmente em determinadas lavouras, como as de fumo. Existem vários indícios que sustentam a hipótese de que "o uso de agrotóxicos, especialmente os organofosforados, se constituem em um importante fator de risco para suicídios" e cita que os meses em que mais se aplicam agrotóxico (outubro, novembro e dezembro), estão justamente "entre os quatro meses com o maior número de suicídios"(Falk et al, 1996).

Werner junto com Letícia Rodrigues, advogada do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Lenine Alves, bioquímico, Mestre em Epidemiologia e Sebastião Pinheiro, engenheiro agrônomo, técnico do IBAMA, reviraram obituários por 17 anos e se uniram em pesquisas que os levaram a denunciar violações de direitos humanos e falhas na legislação. Segundo os documentos:

A Portaria nº 3 do Ministério da Saúde, de janeiro de 1992, agravou a situação quando ratificou o documento apócrifo do mesmo Ministério denominado Diretrizes e orientações referentes à autorização de registros, renovação de registros e uso de agrotóxicos e afins. Esta portaria alterou a classificação toxicológica dos agrotóxicos. Os produtos classificados como Classes I, faixa vermelha e caveira (Extremamente Tóxicos) e II, faixa amarela e caveira (Altamente Tóxicos), passaram para as Classes III, faixa azul (Medianamente Tóxicos), e IV, faixa verde (Pouco Tóxicos). Com esta alteração, apenas 6% dos agrotóxicos do país permaneceram nas Classes I e II, e 94% passaram às Classes III e IV. Antes, 85% deles eram classificados como Extremamente ou Altamente Tóxicos.

Para os estudiosos a redução da classificação do nível toxicológico de agrotóxicos pode ser uma das raízes da incidência de suicídios e transtornos neurocomportamentais ligados ao manuseio dos defensivos. A comercialização desses agrotóxicos considerados extremamente ou altamente tóxico em muitos países do mundo envolve outros agravantes como o fato da grande parte dos trabalhadores do campo que manipulam os agrotóxicos tem baixa escolaridade, ainda mais para ler e compreender os receituários e bulas, extremamente técnicos, soma-se a isso um cenário de aumento do consumo no destes produtos no Brasil.

Grande parte dos trabalhadores do campo que manipulam os agrotóxicos tem baixa escolaridade, não recebem treinamentos e nem adquirem os produtos com receituário agrônomo o que pode acarretar na aplicação de quantidades maiores que a recomendada por hectare. Um estudo fez a caracterização da amostra de 132 trabalhadores agrícolas, na principal região produtora de pêssego para indústria do Brasil, ainda na região sul. Dos 132 produtores entrevistados, 68,9% tem escolaridade até 5ª série do ensino fundamental e 97% adquirem produtos sem receituário agrônomo. Mesmo que adquirissem os rótulos, não serviria de solução, uma vez que estes não são elaborados com o intuito de interagir com o público que os utiliza, as informações são excessivamente técnicas. Em muitos casos os agricultores não têm a real dimensão dos riscos associados ao uso desses produtos, dispensando os equipamentos de proteção individual (EPIs) (LIMA et al., 2009).

Quanto ao aumento do consumo, segundo relatório da ANVISA e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da UFPR, houve um crescente consumo de agrotóxicos e fertilizantes relacionado ao aumento das monoculturas no país. Enquanto o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sendo que na safra de 2010/2011 o Brasil movimentou 936 mil toneladas desses produtos. Em 2010 o mercado nacional movimentou em média US\$ 7,3 bilhões, representando 19% do mercado mundial e em 2011 as vendas de agrotóxicos no país alcançaram 8,5 bilhões de dólares. (ANVISA apud CARNEIRO e RIGOTTO, 2012). Em face dos

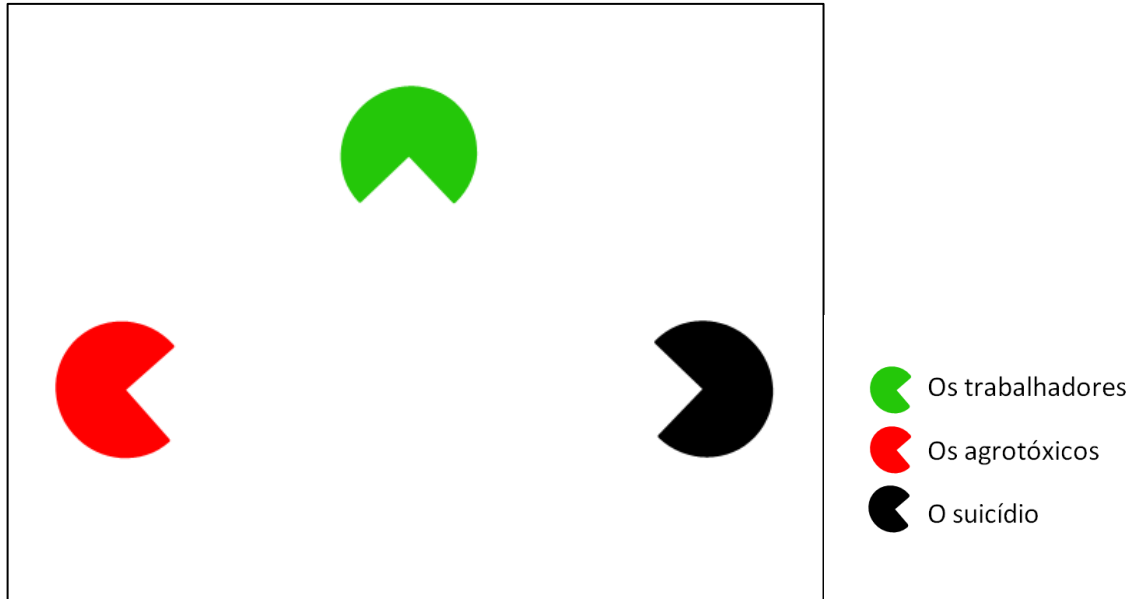
diversos interesses em jogo se por um lado a expansão do consumo brasileiro representa risco à saúde do trabalhador, do campo e da sociedade consumidora, em outra análise movimenta bilhões à cofres. É quando ocorre o choque entre o espaço econômico da desigualdade com o espaço político da igualdade e claramente nessa disputa o espaço econômico tem prevalecido em detrimento dos direitos dos indivíduos.

Em 2013 foi lançado um relatório com dados das notificações sobre casos de intoxicação por agrotóxicos em um dos municípios afetados. O Serviço de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde verificou que 756 casos de intoxicação por agrotóxico foram notificados entre 1998 e 2012, segundo o Serviço “As intoxicações ocupacionais (57,8%) e as tentativas de suicídio (19,6%) têm respondido pela maior proporção de casos”. Se tais dados já colocam o município em primeiro lugar no caso de notificações por intoxicação no estado, eles ainda não mostram a real dimensão do problema. A ONU estima que para cada situação que chega às autoridades epidemiológicas em todo o mundo, ao menos 50 outros casos continuam desconhecidos (FIO CRUZ, 2014).

Outro estudo realizado pela Secretaria Municipal de Saúde e Universidade Federal averiguou relatos dos trabalhadores rurais da região. Como critério de triagem dos estabelecimentos, definiram uma cultura na qual o uso de inseticidas organofosforados predomina. Para verificar se há correspondência entre o uso da substância e a ocorrência de mortes um dos passos foi levantar informações sobre os dramas e processos que as famílias vivem durante a produção em dois períodos, um de produção intensa e outro em baixa produção. Mesmo com a organização e clareza do enfoque da pesquisa, a insuficiência de recursos humanos e laboratórios para a realização de diagnósticos vulnerabilizaram a validação das referências e análises do estudo (Fio Cruz, 2014).

### A prática

A partir do material consultado foram escolhidos a representar os “trabalhadores”, o “suicídio”, o “agrotóxico”, “quem é a favor” e “quem é contra” a flexibilização dos níveis toxicológicos. A escolha dos representantes se deu de forma aleatória e oculta, isso significa que durante toda a constelação não se sabia o que ou quem cada boneco representava. Em primeiro lugar foram colocados três bonecos a representarem (1) os trabalhadores, (2) os agrotóxicos, (3) o suicídio conforme representação e imagem abaixo.



**Figura 8 – O corte na representação gráfica representa a frente, a face do representante. Em verde, os trabalhadores; os agrotóxicos, vermelho; o suicídio, preto.**



**Figura 9 - os trabalhadores, de lenço vermelho; os agrotóxicos, à esquerda; o suicídio, à direita.**

A primeira boneca a ser escolhida às cegas representou os “trabalhadores”. Já de início sente vontade de se virar de costas e sair, mas não sai, apenas se vira de costas. Começa a se sentir muito irritada com os dois que estão atrás - “agrotóxicos” e “suicídio”. Percebe uma sensação física de incomodo que se inicia na região do abdômen e vai subindo até a cabeça, quando enche a cabeça dá a sensação que vai enlouquecer. Depois sentiu dor de cabeça e uma certa fraqueza, apatia.

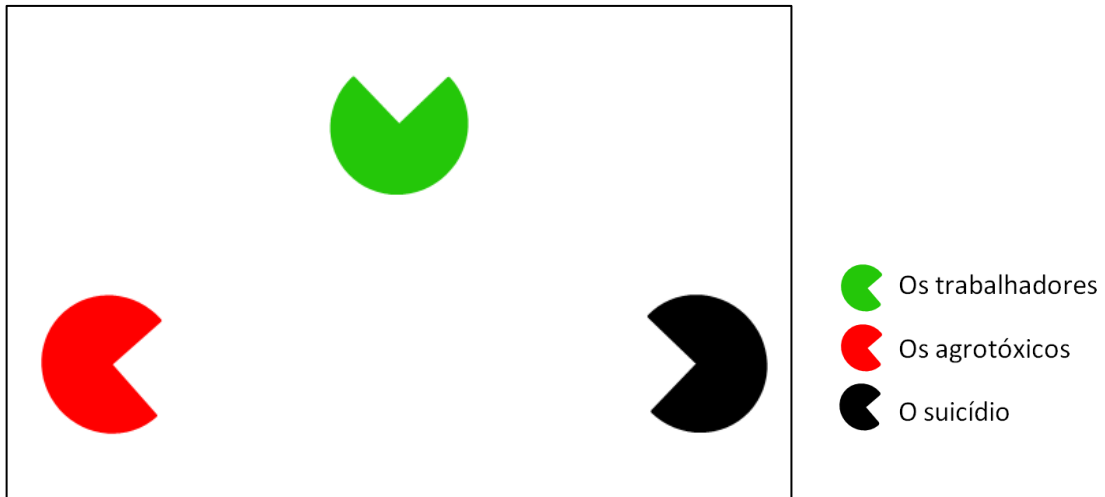


Figura 10 - "trabalhadores", vira-se de costas.

Depois passamos ao "suicídio" que sente vontade de olhar para os "trabalhadores". Conecta o olhar nestes e como se fossem o centro de uma circunferência, o "suicídio" anda na sua borda, sem desviar o olhar e sempre de frente para os "trabalhadores", andou até os "agrotóxicos". Quis se aproximar, mas teve receio, preferiu ficar a meia distância, pois não sentiu segurança na proximidade com os outros participantes, como se tivesse um perigo.

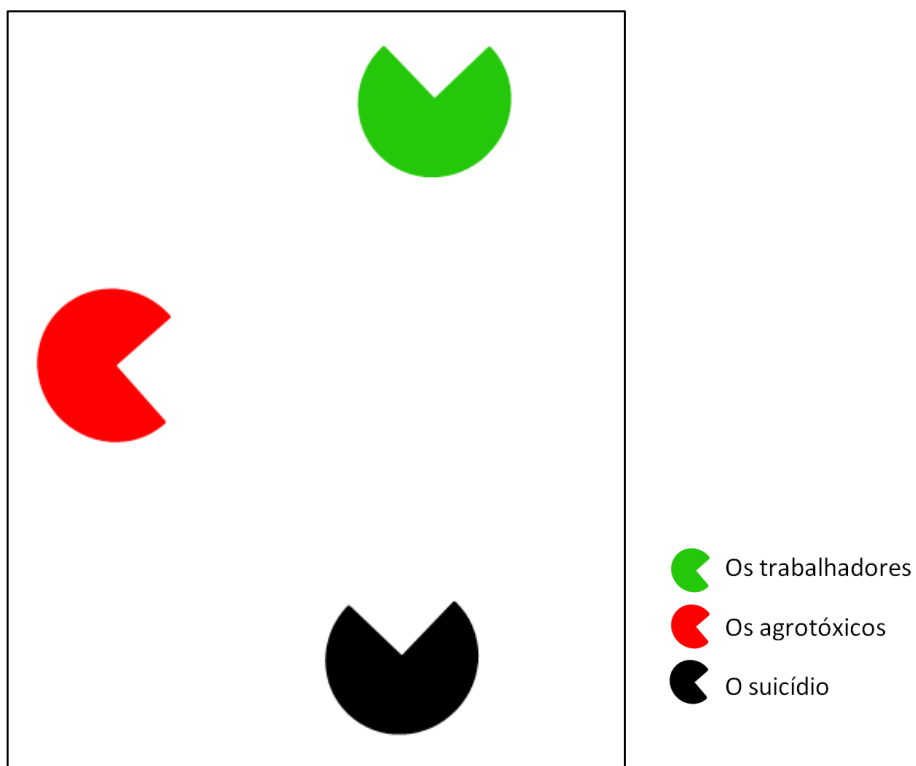
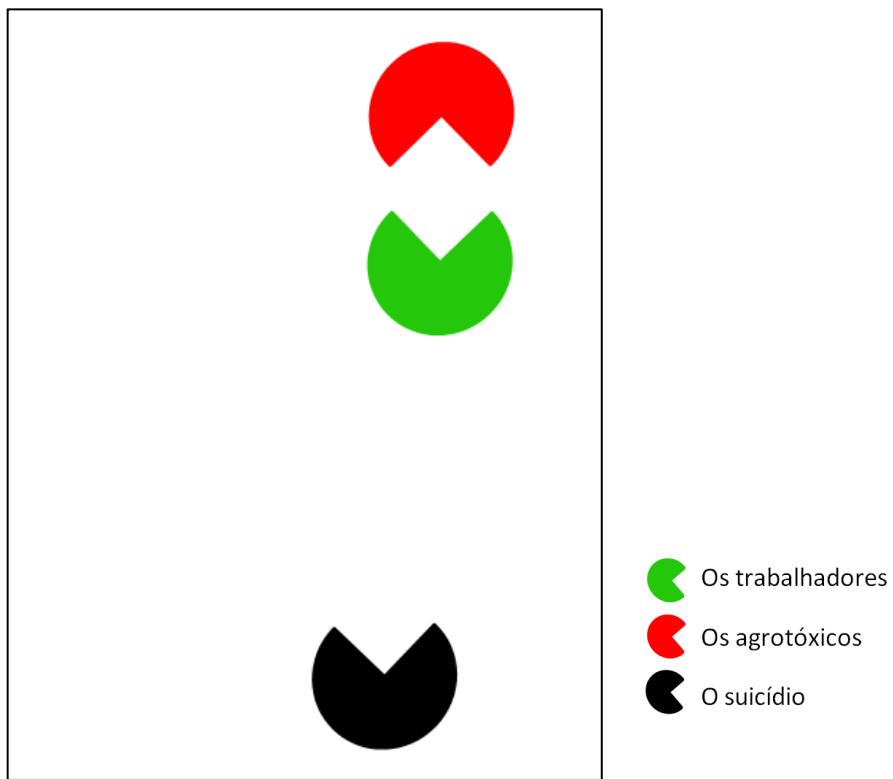


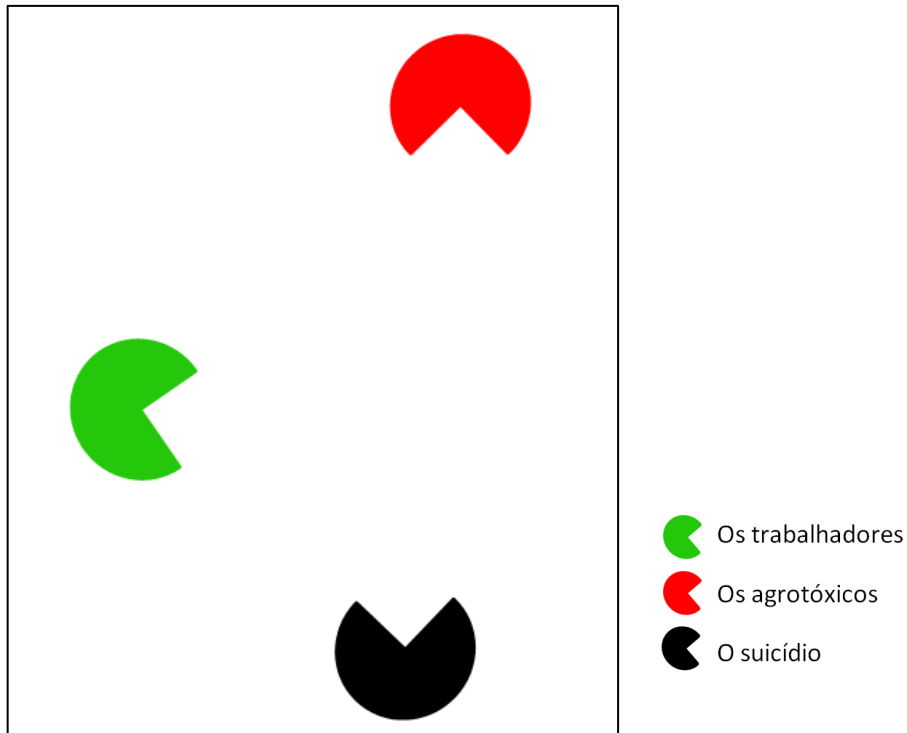
Figura 11 - Após fixar o olhar nos "trabalhadores"(1), o "suicídio"(3) se movimenta fazendo um percurso em forma de círculo se aproximando dos "agrotóxicos"(2) e para. Não se senti bem em se aproximar dos demais.

Em seguida, os “agrotóxicos” vira-se para os “trabalhadores”, irritado, quer tirar satisfações e vai até a sua frente, em posição de confronto.



**Figura 12 - os "agrotóxicos" confronta os "trabalhadores".**

Os “trabalhadores” sentem vontade de corresponder a ameaça de uma forma infantil, dar um chute na canela dos “agrotóxicos” e sair. Prefere virar-se e anda para mais próximo do “suicídio”, gosta de olhar para ele.



**Figura 13 – os “trabalhadores” prefere a presença do suicídio à dos “agrotóxicos”.**

O “suicídio” gosta da presença dos “trabalhadores”, até se aproxima um pouco, mas vem a mesma sensação de receio e de perigo. Nesse momento coloca-se o quarto personagem, “aqueles que foram contra” a alteração feita na legislação a respeito da classificação toxicológica. Ele se movimenta e fica entre os “trabalhadores” e o “suicídio”. Sente o corpo rígido internamente, um aperto dentro da garganta e a respiração apertada, comprimida. Vai em direção ao “suicídio”, ficando na sua frente, de costas para este. Sente-se melhor, olha para os “trabalhadores”.



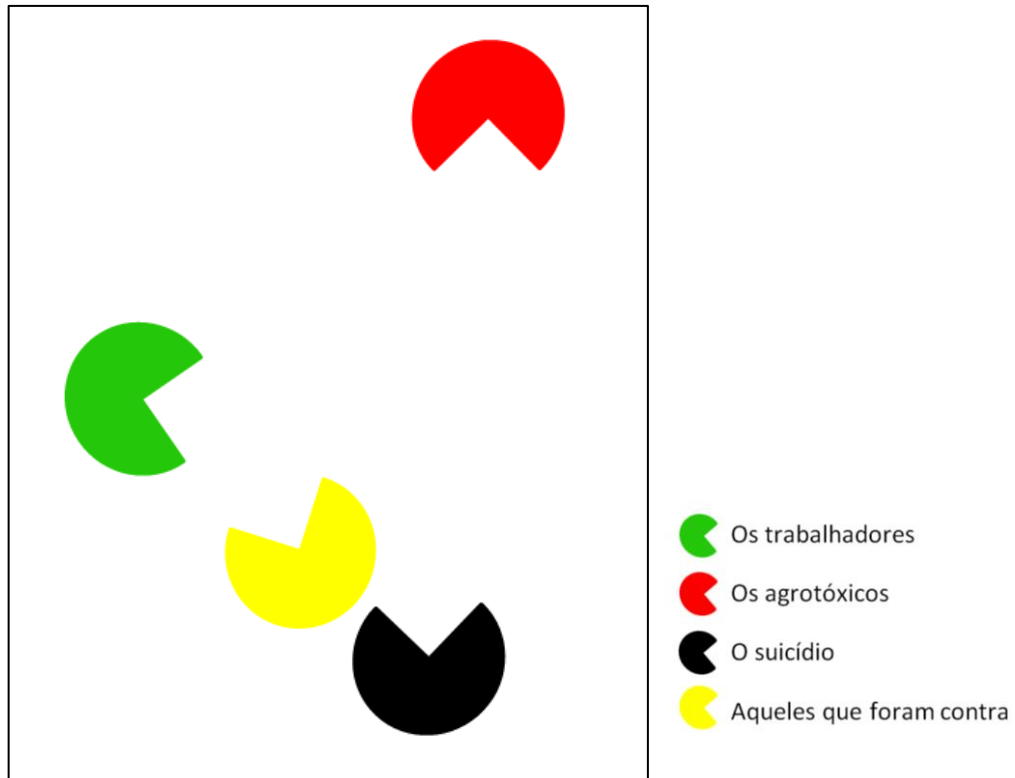
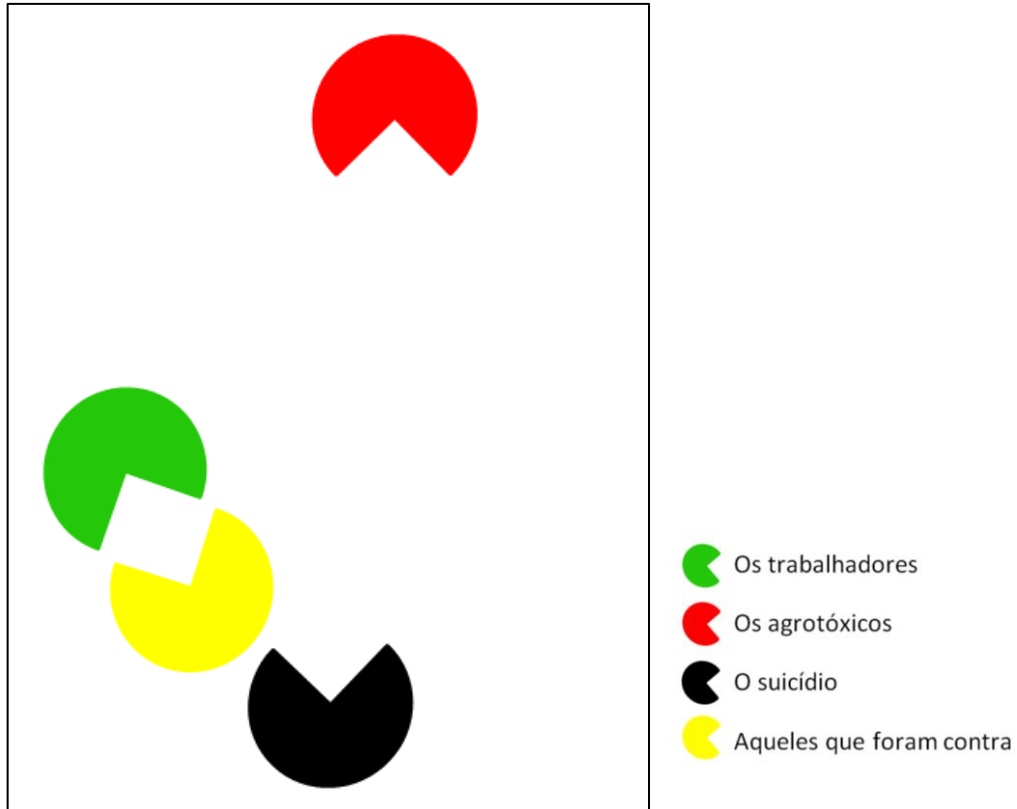


Figura 14 - “aqueles que foram contra” a alteração feita na legislação a respeito da classificação toxicológica, olha para os “trabalhadores”, tampa o “suicídio”.

Os “trabalhadores” se sentem atraídos por “aqueles que foram contra”, anda até ficar em de frente com estes. Sente vontade de beijá-lo.



**Figura 15 - os "trabalhadores" de frente para "aqueles que foram contra" a alteração feita na legislação a respeito da classificação toxicológica.**

Inclui-se aqui o quinto elemento "aqueles que foram a favor" da alteração feita na legislação a respeito da classificação toxicológica. Ele quer ficar perto dos "agrotóxicos", olha para os "suicídios" e gosta dos dois. Não olha para os "trabalhadores" e para "aqueles que foram contra". Os "agrotóxicos" se senta aos pés "daqueles que foram a favor" e chora profundamente.

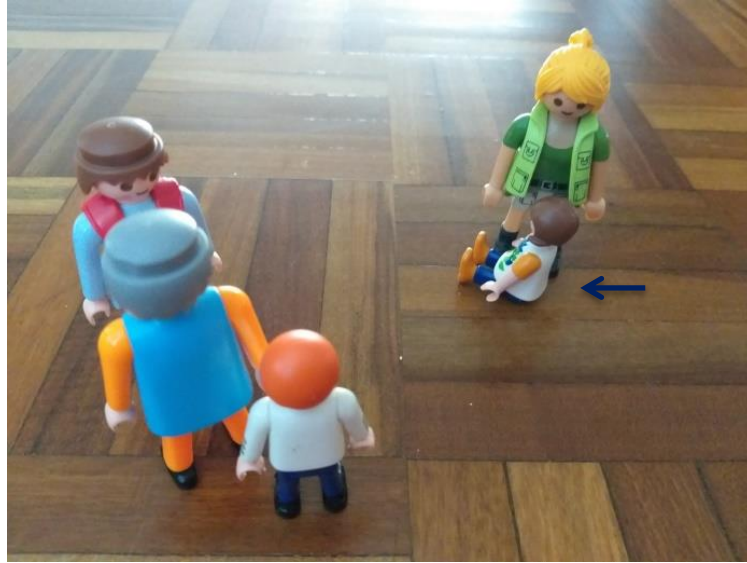


Figura 16 – À direita, os agrotóxicos, criança sentada aos pés “daqueles que foram a favor” da alteração feita na legislação a respeito da classificação toxicológica, mulher loira de roupa verde. Os trabalhadores, de lenço vermelho, de frente para “aqueles que foram contra”; de azul com laranja, que tampa “o suicídio”, criança ruiva.

O “suicídio” incomoda-se em ficar atrás “daqueles que foram contra” e vai até “aqueles que foram a favor” e os “agrotóxicos”. Gosta da presença destes. Ainda tem necessidade de sentir segurança. Olha para “aqueles que foram contra” e volta como que devido a um compromisso.



Figura 17 – o “suicídio”, menino ruivo de blusa branca, aproxima-se e gosta da presença “daqueles que foram a favor”, mulher loira de roupa verde e dos “agrotóxicos”, menina de cabelo castanho sentada no chão.



Figura 18 - o "suicídio" volta e fica novamente atrás "daqueles que foram contra".

Concluindo o exercício, o representante "daqueles que foram a favor" continua entre o "suicídio" e "trabalhadores" com a sensação de impedir que os "trabalhadores" siga em direção ao "suicídio". O foco dos trabalhadores é "aquele que foram a favor". Este personagem sente vontade de se relacionar com o personagem "aqueles que foram contra".

## 6- CONCLUSÃO

A procura por novas formas de mediar conflitos passa, primeiramente, pela maneira como os compreendemos. Eles podem ser caracterizados em diferentes campos, são constituídos por diversos elementos como natureza, atores, objetos de disputa, entre outros e são processos que estão em constante mudança. Em face da dinamicidade das situações, é mister buscar instrumentos que abarquem a complexidade de seres e situações multifacetados. Entende-se que a Constelação Sistêmica se consolida em ramo de conhecimento que possibilite essa abordagem. Por meio dos exercícios foi possível apresentar brevemente como as questões são trabalhadas com a constelação sistêmica ao se demonstrar vínculos e perceber como é possível colocar diferentes atores para "conversarem" dentro do campo mórfico, podendo ser observadas dinâmicas que de outra forma não ficariam tão evidentes.

A Constelação Sistêmica, em suas bases, valoriza o ser e a cotidianidade, considerando o indivíduo como partida para observação e análise da situação a ser cuidada, o que consolida a possibilidade de um método de intervenção participativo. Ela considera os elementos dentro do seu contexto amplo, envolvendo elementos “terceiros” que às vezes parecem não ter relação com a história, mas que exercem influência no todo. Há diversas abordagens dentro da Constelação que podem servir para os diversos campos dos conflitos.

A resolutividade não é objetivo predominante nesse tipo de abordagem. A pretensão da Constelação é proporcionar experiências que, vivenciadas, acionem no indivíduo ou grupo, a potência de lidar com os próprios conflitos a partir de um olhar ressignificado, fato que, por si, ao colocar o ser em movimento, por vezes organiza um conjunto de soluções que se consolidem em práticas sociais.

Portanto, após a apresentação dos principais conceitos relacionados aos conflitos e às constelações sistêmicas, entende-se que este pode ser mais um método de intervenção sobre a realidade e seus conflitos, de modo a ampliar o arcabouço de ferramentas disponíveis para tratamento das questões socioambientais, e sobretudo, contribuir com uma discussão que leve em conta a complexidade que os fenômenos sociais representam.

## BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>>. Acesso em junho, 2019.

ASCELRAD Henri (Org.) (2004). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara.

BRBANTI JÚNIOR, Olímpio. Conflitos Socioambientais: teoria e prática. Disponível em: <[http://anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/dimensoes\\_socio\\_politicas/-CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20%20TEORIAS%20E%20PR%20C1TICAS.PDF](http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/-CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20%20TEORIAS%20E%20PR%20C1TICAS.PDF)>. Acessado em 09 jun. 2019.

BRITO, Daginete Maria Chaves; *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP** Macapá, n. 4, dez. 2011.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Tradução Álvaro Cabral. Editora Cultrix, São Paulo, 1981.

CARNEIRO, F.F.; RIGOTTO, R. M.; *et al.* **Dossiê ABRASCO –Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Documento apresentado no World Nutrition Congress em abril, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental e no X Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, da ABRASCO, 1ª Parte, 2012.

ENVIRONMENTAL JUSTICE ATLAS. **Environmental justice organizations, Liabilities and Trade**. 2019. Disponível em: <<https://ejatlas.org/country/brazil>>. Acesso em junho, 2019.

FALK, João Werner; *et al.* **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados**, março de 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/PCUx2e>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

FIO CRUZ. **Mapa de conflitos**. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rs-reducao-da-classificacao-do-nivel-toxicologico-de-agrotoxicos-pelo-ministerio-da-saude-pode-estar-na-raiz-de-problemas-neurocomportamentais-associados-ao-manuseio-do-produto>>.

HELLINGER, Berth. **As ordens da ajuda**, 2003. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>.

\_\_\_\_\_. **As ordens do amor**. 4. ed. Goiás: Atman, 2001.

\_\_\_\_\_. **Constelações familiares: o reconhecimento das ordens do amor**.

LIMA C.A.B.; *et al.* **Diagnóstico da exposição ocupacional a agrotóxicos na principal região produtora de pêssego para indústria do Brasil**, Ciência Rural, v.39, n.3, 2009.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. (Org.) BURSZTYN, M. In: **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NASCIMENTO, Elimar. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. BURSZTYN, M. (Org). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

OLIVEIRA E SILVA JM, LOPES RLM, DINIZ NMF. **Fenomenologia**. Brasília: Rev Bras. Enferm., 2008.

REVISTA GALILEU. **A última colheita**. Edição 133, ago. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/evSJ1R>>. Acesso em: 21 jan. 2010.